

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
(Com suas alterações)

**SUMÁRIO**

PREÂMBULO

**TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (art. 1º-4º)**

**TÍTULO II DO PODER MUNICIPAL (art. 5º-11)**

**TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção I DA CÂMARA MUNICIPAL (art. 12-14)

Seção II DOS VEREADORES (art. 15-23)

Seção III DA MESA DA CÂMARA (art. 24-28)

Seção IV DAS SESSÕES (art. 29-31)

Seção V DAS COMISSÕES (art. 32-33)

Seção VI DO PROCESSO LEGISLATIVO (art. 34-46)

Seção VII DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (art. 47-53)

Seção VIII DOS CONSELHOS DE REPRESENTANTES (art. 54-55)

CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

Seção I DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO (art. 56-68)

Seção II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO (art. 69-71)

Seção III DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO (art. 72-74)

Seção IV DOS AUXILIARES DO PREFEITO (art. 75-79)

**TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL**

CAPÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (art. 80-88)

CAPÍTULO II DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (art. 89-109)

CAPÍTULO III DOS BENS MUNICIPAIS (art. 110-114)

CAPÍTULO IV DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS (art. 115-122)

CAPÍTULO V DAS OBRAS, SERVIÇOS E LICITAÇÕES (art. 123-129)

CAPÍTULO VI DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA

Seção I DA TRIBUTAÇÃO (art. 130-136)

Seção II DOS ORÇAMENTOS (art. 137-142)

CAPÍTULO VII DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Seção I DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (art. 143)

Seção II DOS INSTRUMENTOS DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL (art. 144-146)

Seção III DA PARTICIPAÇÃO NAS ENTIDADES REGIONAIS (art. 147)

**TÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO**

CAPÍTULO I DA POLÍTICA URBANA (art. 148-159)

CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE ECONÔMICA (art. 160-166)

CAPÍTULO III DA HABITAÇÃO (art. 167-171)

CAPÍTULO IV DO TRANSPORTE URBANO (art. 172-179)

CAPÍTULO V DO MEIO AMBIENTE (art. 180-190)

CAPÍTULO VI DA CULTURA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL (art. 191-199)

**TÍTULO VI DA ATIVIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO**

CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO (art. 200-211)

CAPÍTULO II DA SAÚDE (art. 212-218)

CAPÍTULO III DA SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR (art. 219-220)

CAPÍTULO IV DA PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (art. 221-229)

CAPÍTULO V DO ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO (art. 230-236)

CAPÍTULO VI DA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (art. 237-238)

## **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

### **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

#### **PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo do Município de São Paulo, reunidos em Assembléia Constituinte, respeitando os preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgamos, sob a proteção de Deus, a presente Lei Orgânica, que constitui a Lei Fundamental do Município de São Paulo, com o objetivo de organizar o exercício do poder e fortalecer as instituições democráticas e os direitos da pessoa humana.

#### **TÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Município de São Paulo, parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado de São Paulo, exercendo a competência e a autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, asseguradas pela Constituição da República, organiza-se nos termos desta Lei.

##### **Parágrafo único - São símbolos do Município a bandeira, o brasão e o hino. (Alterado pela Emenda 06/91)**

Art. 2º - A organização do Município observará os seguintes princípios e diretrizes:

I - a prática democrática;

II - a soberania e a participação popular;

III - a transparência e o controle popular na ação do governo;

IV - o respeito à autonomia e à independência de atuação das associações e movimentos sociais;

V - a programação e o planejamento sistemáticos;

VI - o exercício pleno da autonomia municipal;

VII - a articulação e cooperação com os demais entes federados;

VIII - a garantia de acesso, a todos, de modo justo e igual, sem distinção de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade, condição econômica, religião, ou qualquer outra discriminação, aos bens, serviços, e condições de vida indispensáveis a uma existência digna;

IX - a acolhida e o tratamento igual a todos os que, no respeito da lei, afluam para o Município;

X - a defesa e a preservação do território, dos recursos naturais e do meio ambiente do Município;

XI - a preservação dos valores históricos e culturais da população.

Art. 3º - Esta lei estabelece normas auto-aplicáveis, excetuadas aquelas que expressamente dependam de outros diplomas legais ou regulamentares.

Art. 4º - O Município, respeitados os princípios fixados no art. 4º da Constituição da República, manterá relações internacionais, através de convênios e outras formas de cooperação.

#### **TÍTULO II**

##### **DO PODER MUNICIPAL**

Art. 5º - O Poder Municipal pertence ao povo, que o exerce através de representantes eleitos para o Legislativo e o Executivo, ou diretamente, segundo o estabelecido nesta Lei.

§ 1º - O povo exerce o poder:

I - pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto;

II - pela iniciativa popular em projetos de emenda à Lei Orgânica e de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros;

III - pelo plebiscito e pelo referendo.

§ 2º - Os representantes do povo serão eleitos através dos partidos políticos, na forma prevista no inciso I do parágrafo anterior.

Art. 6º - Os poderes Executivo e Legislativo são independentes e harmônicos, vedada a delegação, de poderes entre si.

Parágrafo único - O cidadão investido na função de um dos poderes não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Lei.

Art. 7º - É dever do Poder Municipal, em cooperação com a União, o Estado e com outros Municípios, assegurar a todos o exercício dos direitos individuais, coletivos, difusos e sociais estabelecidos pela Constituição da República e pela Constituição Estadual, e daqueles inerentes às condições de vida na cidade, inseridos nas competências municipais específicas, em especial no que respeita a:

I - meio ambiente humanizado, sadio e ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, para as presentes e futuras gerações;

II - dignas condições de moradia;

III - locomoção através de transporte coletivo adequado, mediante tarifa acessível ao usuário;

IV - proteção e acesso ao patrimônio histórico, cultural, turístico, artístico, arquitetônico e paisagístico;

V - abastecimento de gêneros de primeira necessidade;

VI - ensino fundamental e educação infantil;

VII - acesso universal e igual à saúde;

VIII - acesso a equipamentos culturais, de recreação e lazer.

Parágrafo único - A criança e o adolescente são considerados prioridade absoluta do Município.

Art. 8º - O Poder Municipal criará, por lei, Conselhos compostos de representantes eleitos ou designados, a fim de assegurar a adequada participação de todos os cidadãos em suas decisões.

Art. 9º - A lei disporá sobre:

I - o modo de participação dos Conselhos, bem como das associações representativas, no processo de planejamento municipal e, em especial, na elaboração do Plano Diretor, do Plano Plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

II - a fiscalização popular dos atos e decisões do Poder Municipal e das obras e serviços públicos;

III - a participação popular nas audiências públicas promovidas pelo Legislativo ou pelo Executivo.

Art. 10 - O Legislativo e o Executivo tomarão a iniciativa de propor a convocação de plebiscitos antes de proceder à discussão e aprovação de obras de valor elevado ou que tenham significativo impacto ambiental, segundo estabelecido em lei.

Art. 11 - Qualquer munícipe, partido político, associação ou entidade é parte legítima para denunciar irregularidades à Câmara Municipal ou ao Tribunal de Contas, bem como aos órgãos do Poder Executivo.

### **TÍTULO III** **DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

#### **CAPÍTULO I** **DO PODER LEGISLATIVO**

##### **SEÇÃO I** **DA CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 12 - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de 55 (cinquenta e cinco) Vereadores eleitos dentre os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos e no exercício dos direitos políticos.

**Art. 13 - Cabe à Câmara, com sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no artigo 14, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente:  
(Alterado pela Emenda 05/91)**

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

III - legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas;

IV - votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

V - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como sobre a forma e os meios de pagamento;

VI - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VII - autorizar a concessão de serviços públicos;

VIII - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

IX - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

X - autorizar a alienação de bens imóveis municipais;

XI - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;

XII - criar, organizar e suprimir distritos e subdistritos, observadas as legislações estadual e municipal;

XIII - criar, alterar, e extinguir cargos, funções e empregos públicos e fixar a remuneração da administração direta, autárquica e fundacional;

XIV - aprovar as diretrizes gerais de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor, a legislação de controle de uso, de parcelamento e de ocupação do solo urbano;

XV - dispor sobre convênios com entidades públicas, particulares e autorizar consórcios com outros municípios;

XVI - criar, estruturar e atribuir funções às Secretarias e aos órgãos da administração pública;

**XVII - autorizar, nos termos da lei, a alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;  
(Alterado pela Emenda 10/91)**

XVIII - legislar sobre a criação, organização e funcionamento de Conselhos e Comissões;

XIX - delimitar o perímetro urbano e o de expansão urbana;

XX - aprovar o Código de Obras e Edificações;

**XXI - denominar as vias e logradouros públicos obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis.  
(Acrescentado pela Emenda 03/90)**

Art. 14 - Compete privativamente à Câmara Municipal:

I - eleger sua Mesa, bem como destituí-la, na forma regimental;

II - elaborar o seu Regimento Interno;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los, definitivamente, do exercício do cargo, nos termos desta Lei;

V - conceder licença, para afastamento, ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;

**VI - fixar, por lei de sua iniciativa para vigor na legislatura subsequente até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, observado para estes, a razão de no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais e respeitadas as disposições dos artigos 37, X e XI, 39, §4º e 57, §7º, da Constituição Federal, considerando-se mantido o subsídio vigente, na hipótese de não se proceder à respectiva fixação na época própria, atualizado o valor monetário conforme estabelecido em lei municipal específica;  
(Alterado pela Emenda 24/01)**

VII - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias consecutivos;

VIII - criar Comissões Parlamentares de Inquérito, nos termos do art. 33;

IX - convocar os Secretários Municipais ou responsáveis pela administração direta e indireta para prestar informações sobre matéria de sua competência, sem prejuízo do disposto no art. 32, § 2º, inciso IV;

X - autorizar a convocação de referendo e plebiscito, exceto os casos previstos nesta Lei;

XI - decidir sobre a perda do mandato de Vereador, ressalvado o disposto no art.18, § 3º;

XII - tomar e julgar as contas do Prefeito, da Mesa da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município;

XIII - zelar pela preservação de sua competência legislativa, sustando os atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

XIV - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos nesta Lei;

XV - fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, acompanhando sua gestão e avaliando seu resultado operacional, com o auxílio do Tribunal de Contas do Município, sempre que solicitado;

XVI - escolher 3 (três) dos membros do Tribunal de Contas do Município, após arguição em sessão pública;

XVII - aprovar previamente, após arguição em sessão pública, a escolha dos titulares dos cargos de Conselheiros do Tribunal de Contas, indicados pelo Prefeito;

XVIII - exercer a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, auxiliada, quando solicitado, pelo Tribunal de Contas do Município;

XIX - conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem à pessoa que reconhecidamente tenha prestado serviço ao Município, mediante decreto legislativo aprovado pelo voto de,

no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;

XX - proceder à tomada de contas do Prefeito por meio de Comissão Especial quando não apresentadas à Câmara no prazo e forma estabelecidas na Lei;

XXI - criar, organizar e disciplinar o funcionamento dos Conselhos e Comissões da Câmara Municipal;

**XXII - votar moção de censura pública aos secretários municipais e aos subprefeitos em relação ao desempenho de suas funções.  
(Acrescentado pela Emenda 08/91)**

## SEÇÃO II DOS VEREADORES

Art. 15 - No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às 15 (quinze) horas, em sessão de instalação, independente de número, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º - No ato da posse os Vereadores deverão desincompatibilizar-se e, na mesma ocasião, bem como ao término do mandato, deverão fazer a declaração pública de seus bens, a ser transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo, e publicada no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - O Vereador que não tomar posse, na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, ressalvados os casos de motivo justo e aceito pela Câmara.

Art. 16 - Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, na circunscrição do Município.

Parágrafo único - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 17 - O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com órgãos da administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação instituída ou mantida pelo Poder Público, ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior, ressalvado o disposto na Constituição da República e nesta Lei;

II - desde a posse:

- a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, alínea "a", deste artigo, ressalvado o disposto na Constituição da República e nesta Lei;
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a", deste artigo;
- d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo em qualquer nível.

Art. 18 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo licenças ou missão autorizada pela Câmara;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, que implique em restrição à liberdade de locomoção.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membros da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI deste artigo, acolhida a acusação pela maioria absoluta dos Vereadores, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por quórum de 2/3 (dois terços), assegurado o direito de defesa.

§ 3º - Nos casos dos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos membros da Câmara ou de partido político nela representado, assegurado o direito de defesa.

**§ 4º - A Câmara Municipal disporá sobre o procedimento a ser obedecido nos processos de perda de mandato decididos pela Câmara, e sobre aplicação de outras penalidades, assegurado o contraditório.**

**(Alterado pela Emenda 15/93)**

Art. 19 - A Câmara Municipal instituirá o Código de Ética dos Vereadores.

Art. 20 - O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença devidamente comprovada;

II - em face de licença-gestante ou paternidade;

III - para desempenhar missões temporárias de interesse do Município;

IV - para tratar, com prejuízo dos seus vencimentos, de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a 30 (trinta) dias, nem superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 1º - Para fins de remuneração considerar-se-á como em exercício o Vereador:

I - licenciado nos termos dos incisos I e II do "caput" deste artigo;

II - licenciado na forma do inciso III, se a missão decorrer de expressa designação da Câmara ou tiver sido previamente aprovada pelo Plenário.

§ 2º - A licença-gestante e paternidade será concedida segundo os mesmos critérios e condições estabelecidos para os funcionários públicos municipais.

Art. 21 - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal ou chefe de missão diplomática temporária, devendo optar pelos vencimentos do cargo ou pela remuneração do mandato.

Art. 22 - No caso de vaga, de investidura prevista no artigo anterior ou de licença de Vereador superior a 30 (trinta) dias, o Presidente convocará imediatamente o suplente.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse dentro de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 2º - Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 23 - No exercício de seu mandato, o Vereador terá livre acesso às repartições públicas municipais, podendo diligenciar pessoalmente junto aos órgãos da administração direta e indireta, inclusive junto ao Tribunal de Contas do Município, devendo ser atendido pelos respectivos responsáveis, na forma da Lei.

### SEÇÃO III DA MESA DA CÂMARA

Art. 24 - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso dos presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo único - Não havendo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 25 - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á no dia 15 de dezembro e a posse dos eleitos dar-se-á no dia 1º de janeiro do ano subsequente.

Parágrafo único - O Regimento Interno disporá sobre a eleição e as atribuições dos membros da Mesa, que será composta por 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes.

Art. 26 - O mandato da Mesa será de 1 (um) ano, permitida uma reeleição.

Parágrafo único - Pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, quando negligente ou omissos no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para completar o mandato.

Art. 27 - À Mesa, dentre outras atribuições compete:

I - tomar a iniciativa nas matérias a que se refere o inciso III do art. 14, nos termos do Regimento Interno;

II - suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da Câmara, observado o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

III - apresentar projetos de lei dispendo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara;

IV - devolver à Tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara no final do exercício;

V - enviar ao Tribunal de Contas do Município, até o dia 31 de março, as contas do exercício anterior;

VI - nomear, promover, comissionar, conceder gratificação e licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir servidores da Câmara Municipal, nos termos da Lei;

VII - declarar a perda do mandato de Vereador na forma do § 3º do art. 18 desta Lei;

VIII - instalar na forma do Regimento Interno, Tribuna Popular, onde representantes de entidades e movimentos da sociedade civil, inscritos previamente, debaterão com os Vereadores questões de interesse do Município.

Art. 28 - Ressalvados os projetos de lei de iniciativa privativa, a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá ser reapresentada, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

### SEÇÃO IV DAS SESSÕES

Art. 29 - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente em sua sede, em sessão legislativa ordinária, de 1º de fevereiro a 30 de junho, e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação dos projetos de leis de diretrizes orçamentárias e do orçamento.

§ 2º - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 3º - As sessões extraordinárias serão convocadas, na forma regimental, em sessão ou fora dela, e, neste



caso, mediante comunicação pessoal e escrita aos Vereadores, pelo Presidente da Câmara, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 4º - As sessões extraordinárias e solenes não serão, em hipótese alguma, remuneradas.

Art. 30 - As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada por 2/3 (dois terços) de seus membros, quando ocorrer motivo relevante.

Art. 31 - No período de recesso, a Câmara poderá ser extraordinariamente convocada:

I - pelo Prefeito;

II - pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º - A convocação será feita mediante ofício ao Presidente da Câmara, para reunir-se, no mínimo, dentro de 2 (dois) dias.

§ 2º - Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

#### SEÇÃO V DAS COMISSÕES

Art. 32 - A Câmara terá Comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo Regimento ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º - Em cada Comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participam da Câmara.

§ 2º - Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - estudar proposições submetidas ao seu exame, na forma do Regimento;

II - fiscalizar, inclusive efetuando diligências, vistorias e levantamentos "in loco", os atos da administração direta e indireta, nos termos da legislação pertinente, em especial para verificar a regularidade, a eficiência e a eficácia dos seus órgãos no cumprimento dos objetivos institucionais, recorrendo ao auxílio do Tribunal de Contas, sempre que necessário;

III - solicitar ao Prefeito informações sobre assuntos inerentes à administração;

IV - convocar os Secretários Municipais, os responsáveis pela administração direta e indireta **e os Conselheiros do Tribunal de Contas para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;**

**(Ação Direta de Inconstitucionalidade 11.754-0/6 - O Tribunal de Justiça julgou procedente em parte a demanda para o fim de declarar a inconstitucionalidade do final do inciso IV do parágrafo 2º, do art. 32, a partir de "e os Conselheiros do Tribunal de Contas para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições".)**

V - acompanhar, junto ao Executivo, os atos de regulamentação, velando por sua completa adequação;

VI - acompanhar, junto ao Executivo, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VII - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento, a competência do Plenário, salvo com recurso de 1/10 (um décimo) dos membros da Casa;

VIII - realizar audiências públicas;

IX - solicitar informações ou depoimentos de autoridade ou cidadãos;

X - receber petições, reclamações, representações ou queixas de associações e entidades comunitárias ou de qualquer pessoa contra atos e omissões de autoridades municipais ou entidades públicas;

XI - apreciar programas de obras, planos regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

XII - requisitar, dos responsáveis, a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

XIII - solicitar ao Presidente do Tribunal de Contas informações sobre assuntos inerentes à atuação administrativa desse órgão.

§ 3º - As Comissões permanentes deverão, na forma estabelecida pelo Regimento Interno, reunir-se em audiência pública especialmente para ouvir representantes de entidades legalmente constituídas, ou representantes de no mínimo 1.500 (um mil e quinhentos) eleitores do Município que subscrevam requerimento sobre assunto de interesse público, sempre que essas entidades ou eleitores o requererem.

Art. 33 - As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, em matéria de interesse do Município, e serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, aprovados por maioria absoluta, para apuração de fato determinado, em prazo certo, adequado à consecução dos seus fins, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**(Ação Direta de Inconstitucionalidade 055.218.0/2 - O Tribunal de Justiça julgou procedente a demanda, decretando a inconstitucionalidade da expressão "aprovados por maioria absoluta", constante do art. 33.)**

§ 1º - As Comissões Parlamentares de Inquérito, no interesse da investigação, além das atribuições previstas nos incisos II, IV, IX e XII do § 2º do art. 32 e daquelas previstas no Regimento Interno, poderão:

I - tomar depoimento de autoridade municipal, intimar testemunhas e inquirí-las sob compromisso, nos termos desta Lei;

II - proceder as verificações contábeis em livros, papéis e documentos de órgãos da administração direta, indireta e fundacional.

§ 2º - O Regimento Interno preverá o modo de funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

## SEÇÃO VI DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 34 - O Processo Legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica;

II - leis;

III - decretos legislativos;

IV - resoluções.

**Art. 35 - As deliberações da Câmara Municipal e das suas Comissões se darão sempre por voto aberto.  
(Alterado pela Emenda 19/01)**

Art. 36 - A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - do Prefeito;

III - de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada por, no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores do Município.

§ 1º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa, estado de sítio ou intervenção.

**§ 2º - A proposta será discutida e votada em 2 (dois) turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, com um intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre um turno e outro obrigatoriamente.  
(Alterado pela Emenda 14/93)**

§ 3º - A emenda aprovada será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - A matéria constante de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 37 - A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão permanente da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - Compete exclusivamente à Câmara Municipal a iniciativa das leis que disponham sobre os Conselhos de Representantes, previstos na seção VIII deste capítulo.

§ 2º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional;

II - fixação ou aumento de remuneração dos servidores;

III - servidores públicos, municipais, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

IV - organização administrativa, serviços públicos e matéria orçamentária;

V - desafetação, aquisição, alienação e concessão de bens imóveis municipais.

Art. 38 - O Prefeito poderá solicitar que os projetos de sua iniciativa tramitem em regime de urgência.

§ 1º - Se a Câmara Municipal não deliberar em até 30 (trinta) dias, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.

§ 2º - Os prazos do parágrafo anterior não correm nos períodos de recesso, nem se aplicam aos projetos de código.

Art. 39 - O Regimento Interno da Câmara Municipal disciplinará os casos de decreto legislativo e de resolução.

Art. 40 - A discussão e votação de matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 1º - A aprovação da matéria em discussão, salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica, dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão.

§ 2º - Os projetos de lei e a aprovação e alteração do Regimento Interno serão apreciadas em 2 (dois) turnos de discussão e votação.

§ 3º - Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação e as alterações das seguintes matérias:

I - matéria tributária;

II - Código de Obras e Edificações e outros Códigos;

III - Estatuto dos Servidores Municipais;

IV - criação de cargos, funções e empregos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como

sua remuneração;

V - concessão de serviço público;

VI - concessão de direito real de uso;

VII - alienação de bens imóveis;

VIII - autorização para obtenção de empréstimo de particular, inclusive para as autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;

IX - lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual e lei orçamentária anual;

X - aquisição de bens imóveis por doação com encargo;

XI - criação, organização e supressão de distritos e subdistritos, e divisão do território do Município em áreas administrativas;

XII - criação, estruturação e atribuição das Secretarias, Subprefeituras, Conselhos de Representantes e dos órgãos da Administração Pública;

XIII - realização de operações de crédito para abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais com finalidade precisa;

XIV - rejeição de veto;

XV - Regimento Interno da Câmara Municipal;

XVI - alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XVII - isenções de impostos municipais;

XVIII - todo e qualquer tipo de anistia;

**XIX - concessão administrativa de uso.  
(Acrescentado pela Emenda 11/91)**

§ 4º - Dependerão do voto favorável de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara as seguintes matérias:

I - zoneamento urbano;

II - Plano Diretor;

**III - Zoneamento geo-ambiental.  
(Acrescentado pela Emenda 20/01)**

§ 5º - Dependerão do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara a aprovação e alterações das seguintes matérias:

I - rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas, referido no art. 48, inciso I;

II - destituição dos membros da Mesa;

III - emendas à Lei Orgânica;

IV - concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;

**V - moção de censura pública aos secretários e subprefeitos referida no inciso XXII do art. 14.  
(Acrescentado pela Emenda 08/91)**

Art. 41 - A Câmara Municipal, através de suas Comissões Permanentes, na forma regimental e mediante prévia e ampla publicidade, convocará obrigatoriamente pelo menos 2 (duas) audiências públicas durante a tramitação de projetos de leis que versem sobre:

- I - Plano Diretor;
- II - plano plurianual;
- III - diretrizes orçamentárias;
- IV - orçamento;
- V - matéria tributária;
- VI - zoneamento urbano, geo-ambiental e uso e ocupação do solo;
- VII - Código de Obras e Edificações;
- VIII - política municipal de meio-ambiente;
- IX - plano municipal de saneamento;
- X - sistema de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador.

**XI - atenção relativa à Criança e ao Adolescente.  
(Acrescentado pela Emenda 17/94)**

§ 1º - A Câmara poderá convocar uma só audiência englobando dois ou mais projetos de leis relativos à mesma matéria.

§ 2º - Serão realizadas audiências públicas durante a tramitação de outros projetos de leis mediante requerimento de 0,1% (um décimo por cento) de eleitores do Município.

Art. 42 - Aprovado o projeto de lei, na forma regimental, será enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará e promulgará.

§ 1º - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto.

§ 2º - Sendo negada a sanção, as razões do veto serão comunicadas ao Presidente da Câmara Municipal e publicadas.

§ 3º - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, sem a sanção do Prefeito, observar-se-á o disposto no § 7º deste artigo.

§ 4º - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o veto será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 5º - A Câmara Municipal deliberará sobre o veto, em um único turno de votação e discussão, no prazo de 30 (trinta) dias de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores.

§ 6º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado ao Prefeito para, em 48 (quarenta e oito) horas, promulgá-lo.

§ 7º - Se a lei não for promulgada pelo Prefeito, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente da Câmara Municipal a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá aos demais membros da Mesa, nas mesmas condições, fazê-lo, observada a precedência dos cargos.

Art. 43 - O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as Comissões, será tido como rejeitado, salvo com recurso para o Plenário, nos termos do Regimento Interno.

Art. 44 - A iniciativa dos cidadãos prevista nos arts. 5º, 36 e 37 desta Lei, será exercida obedecidos os seguintes preceitos:

- I - para projetos de emendas à Lei Orgânica e de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de

bairros, será necessária a manifestação de pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado;

II - para requerer à Câmara Municipal a realização do plebiscito sobre questões de relevante interesse do Município, da cidade ou de bairros, bem como para a realização de referendo sobre lei, será necessária a manifestação de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado.

§ 1º - O Regimento Interno da Câmara Municipal assegurará tramitação especial e urgente às proposituras previstas nos incisos I e II deste artigo, garantindo a defesa oral a representante dos seus respectivos responsáveis.

§ 2º - A Câmara emitirá parecer sobre o Requerimento de que trata o inciso II deste artigo e encaminhará, num prazo não superior a 30 (trinta) dias, o pedido de realização do plebiscito ou do referendo ao Tribunal Regional Eleitoral, assegurada a divulgação dos argumentos favoráveis e contrários à lei ou à proposta a ser submetida à consulta popular.

**Art. 45 - As questões relevantes aos destinos do Município poderão ser submetidas a plebiscito ou referendo por proposta do Executivo, por 1/3 (um terço) dos vereadores ou por pelo menos 2% (dois por cento) do eleitorado, decidido pelo Plenário da Câmara Municipal.  
(Alterado pela Emenda 24/01)**

**Art. 46 - A legislação referente ao Plano Diretor e ao zoneamento urbano, poderá ser alterada uma vez por ano, observado o disposto no art. 41 desta Lei.**

**§ 1º - Para os efeitos do presente artigo será considerado o ano em que a lei tenha sido aprovada pela Câmara Municipal.**

**§ 2º - Ficam excluídas do disposto no "caput" deste artigo as alterações constantes de leis específicas que atendam às seguintes condições:**

- a) sejam aprovadas com o quorum estabelecido para a alteração da Lei Orgânica do Município; e**
  - b) contenham dispositivo que autorize a exclusão do previsto no "caput" deste artigo."**
- (Alterado pela Emenda 18/95)**

## SEÇÃO VII DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 47 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou de direito privado, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelas quais o Município responda, ou que, em nome deste, assumira obrigações de natureza pecuniária.

**§ 2º - As contas do Município ficarão disponíveis, inclusive por meios eletrônicos, durante todo o exercício, na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei.  
(Alterado pela Emenda 24/01)**

Art. 48 - O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, pela Mesa da Câmara e pelo próprio Tribunal, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 90 (noventa) dias, a contar da data de seu recebimento, que terá seu termo final em 31 de março de cada exercício;

**II - apreciar, através de parecer, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos, da administração direta, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;**

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo e nas demais entidades referidas no inciso II, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, por iniciativa própria e, ainda, quando forem solicitadas;

a) pela Câmara Municipal, por qualquer de suas Comissões;

b) por cidadãos que subscreverem requerimento de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado do Município;

V - fiscalizar a aplicação de recursos de qualquer natureza, repassados ao Município, pela União, pelo Estado, ou qualquer outra entidade, mediante convênio, acordo, ajuste e outros instrumentos congêneres;

VI - manifestar-se, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre os empréstimos a serem contraídos pelo Município quando for solicitado pela Câmara Municipal;

VII - prestar informações solicitadas pela Câmara Municipal por suas Comissões ou lideranças partidárias, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre os resultados de auditorias e inspeções que tenham sido realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, em caso de ilegalidade de procedimento no que tange às receitas, despesas ou irregularidades das contas;

IX - assinalar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sob pena de incidir nas sanções legais cabíveis pela desobediência.

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Municipal, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, ressalvado o disposto no § 1º, deste artigo;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados;

**XII - encaminhar ao legislativo sugestão de criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções do Quadro de Pessoal do Tribunal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observados os níveis de remuneração dos servidores da Câmara Municipal. (Ação Direta de Inconstitucionalidade 11.754-0/6 - O Tribunal de Justiça julgou procedente em parte a demanda para o fim de declarar a inconstitucionalidade dos incisos II e XII do art. 48.)**

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

§ 2º - Para efeito da apreciação prevista no inciso II, as entidades nele referidas deverão encaminhar ao Tribunal os seus balanços e demais demonstrativos até 5 (cinco) meses seguintes ao término do exercício financeiro.

§ 3º - Para os fins previstos no inciso III, os órgãos e entidades nele referidos encaminharão ao Tribunal de Contas, semestralmente, seus quadros gerais de pessoal, bem como as alterações havidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que as mesmas ocorrerem.

§ 4º - As decisões do Tribunal de que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 5º - O Tribunal encaminhará à Câmara Municipal relatório de suas atividades, trimestralmente e, anualmente, as suas contas para julgamento.

§ 6º - Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do parecer prévio do Tribunal, sem que tenha havido deliberação, as contas referidas no inciso I serão incluídas na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.

Art. 49 - O Tribunal de Contas, órgão de auxílio da Câmara Municipal, integrado por 5 (cinco) conselheiros,

tem sede no Município de São Paulo e quadro próprio de pessoal, exercendo as atribuições previstas na Constituição da República, no que couber, e nesta Lei, em todo o Município.

Parágrafo único - Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - mais de 10 (dez) anos de exercício de função ou de formação profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Art. 50 - Os Conselheiros do Tribunal de Contas serão escolhidos, obedecidas as seguintes condições:

I - 2 (dois) pelo Prefeito, com aprovação da Câmara Municipal;

II - 3 (três) pela Câmara Municipal.

§ 1º - Ocorrendo vaga para Conselheiro, a indicação deverá ser feita no prazo de até 15 (quinze) dias, deliberando a Câmara Municipal pela aprovação ou não do nome indicado, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - A substituição dos Conselheiros, em suas faltas e impedimentos, será definida por lei.

§ 3º - Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município farão declaração de bens, no ato da posse e no término do exercício do cargo.

**Art. 51 - A Câmara Municipal exercerá a fiscalização sobre os atos internos do Tribunal de Contas do Município podendo, a qualquer momento, por deliberação de seu Plenário, realizar auditorias, inspeções ou quaisquer medidas que considere necessárias.  
(Ação Direta de Inconstitucionalidade 11.754-0/6 - O Tribunal de Justiça julgou procedente em parte a demanda para o fim de declarar a inconstitucionalidade do art. 51.)**

Art. 52 - A Câmara Municipal, por suas Comissões Permanentes, diante de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade municipal responsável que, no prazo de 5 (cinco) dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º - Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, solicitará ao Tribunal parecer sobre a matéria, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Entendendo o Tribunal irregular a despesa, as Comissões Permanentes, se julgarem que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporão à Câmara sua sustação.

Art. 53 - Os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de:

I - avaliar o adequado cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração direta e indireta, bem como de aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional, o qual terá acesso a toda e qualquer informação, documentos ou registro que repute necessários para o cumprimento de sua função;

V - organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas do Município, programação trimestral de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas



unidades administrativas sob seu controle.

§ 1º - Para fins do disposto neste artigo, a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas do Município terão acesso direto, através de sistema integrado de processamento de dados, às informações processadas em todos os órgãos da administração direta e indireta do Município.

§ 2º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, ilegalidade ou ofensa ao art. 37 da Constituição da República, deverão representar à autoridade competente, dando ciência à Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.

## SEÇÃO VIII DOS CONSELHOS DE REPRESENTANTES

Art. 54 - A cada área administrativa do Município, a ser definida em lei, corresponderá um Conselho de Representantes, cujos membros serão eleitos na forma estabelecida na referida legislação.

Art. 55 - Aos Conselhos de Representantes compete, além do estabelecido em lei, as seguintes atribuições:

I - participar, em nível local, do processo de Planejamento Municipal e em especial da elaboração das propostas de diretrizes orçamentárias e do orçamento municipal bem como do Plano Diretor e das respectivas revisões;

II - participar, em nível local, da fiscalização da execução do orçamento e dos demais atos da administração municipal;

III - encaminhar representações ao Executivo e à Câmara Municipal, a respeito de questões relacionadas com o interesse da população local.

## CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

### SEÇÃO I DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 56 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais e pelos Subprefeitos.

Art. 57 - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos simultaneamente, dentre brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos e no exercício de seus direitos políticos.

§ 1º - Será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver maioria absoluta de votos, não computados os brancos e os nulos.

§ 2º - Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição até 20 (vinte) dias após a proclamação do resultado, concorrendo os 2 (dois) candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que tiver a maioria dos votos válidos.

§ 3º - Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal do candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 4º - Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 58 - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse e assumirão o exercício na sessão solene de instalação da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição e prestarão compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município e a legislação em vigor, defendendo a justiça social, a paz e a igualdade de tratamento a todos os cidadãos

§ 1º - Se, decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º - No ato da posse e ao término do mandato, o prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública, circunstanciada, de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo e

publicada no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - O Prefeito e o Vice-Prefeito deverão desincompatibilizar-se no ato da posse.

Art. 59 - O Prefeito não poderá sob pena de perda do mandato:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum", nas entidades constantes no inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado, no que couber, o disposto no art. 38 da Constituição da República;

II - desde a posse:

- a) ser titular de mais um cargo ou mandato eletivo;
- b) patrocinar causas em que seja interessado o Município ou qualquer das entidades referidas no inciso I deste artigo;
- c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- d) fixar domicílio fora do Município.

Art. 60 - Será de 4 (quatro) anos o mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, a iniciar-se no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

Art. 61 - São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Prefeito e quem o houver sucedido ou substituído nos 6 (seis) meses anteriores à eleição.

Art. 62 - O Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença ou impedimento e o sucede no caso de vaga ocorrida após a diplomação.

Art. 63 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da Prefeitura o Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto legal.

Art. 64 - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos 2 (dois) últimos anos de mandato, a eleição para ambos os cargos será feita pela Câmara Municipal, 30 (trinta) dias depois de aberta a última vaga, na forma da Lei.

§ 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores.

Art. 65 - O Prefeito, ou o Vice-Prefeito quando em exercício, não poderá ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo, salvo por período não superior a 15 (quinze) dias consecutivos.

Art. 66 - O Prefeito poderá licenciar-se:

I - quando a serviço ou em missão de representação do Município;

II - quando impossibilitado do exercício do cargo, por motivo de doença devidamente comprovada ou em licença gestante e paternidade, observado quanto a estas o art. 20, § 2º desta Lei.

§ 1º - O pedido de licença, amplamente justificado, indicará as razões, e, em casos de viagem, também o roteiro e as previsões de gastos, devendo a prestação de contas ser publicada no Diário Oficial do Município até 10 (dez) dias após o retorno.

§ 2º - Nos casos previstos neste artigo, o Prefeito licenciado terá direito aos vencimentos.

Art. 67 - O Prefeito deverá residir no Município de São Paulo.

Art. 68 - A extinção ou a perda do mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito ocorrerão na forma e nos casos previstos na Constituição da República e nesta Lei.

## SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 69 - Compete privativamente ao Prefeito, além de outras atribuições previstas nesta Lei:

I - iniciar o processo legislativo na forma e nos casos nela previstos;

II - exercer, com os Secretários Municipais, os Subprefeitos e demais auxiliares a direção da administração municipal;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

IV - vetar projetos de leis, total ou parcialmente, na forma prevista;

V - nomear e exonerar os Secretários Municipais e demais auxiliares;

VI - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, no recesso, em caso de relevante interesse municipal;

VII - subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar o capital de sociedades de economia mista ou empresas públicas, na forma da lei;

VIII - dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado, mediante autorização expressa da Câmara Municipal;

IX - apresentar à Câmara Municipal projeto de lei dispendo sobre o regime de concessão ou permissão de serviços públicos;

X - propor à Câmara Municipal projetos de leis relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, dívida pública e operações de crédito;

XI - encaminhar ao Tribunal de Contas, até o dia 31 de março de cada ano, a sua prestação de contas, bem como o balanço do exercício findo;

XII - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XIII - apresentar à Câmara Municipal, até 45 (quarenta e cinco) dias após a sua sessão inaugural, mensagem sobre a situação do Município, solicitando as medidas de interesse público que julgar necessárias;

XIV - propor à Câmara Municipal a contratação de empréstimos para o Município;

XV - apresentar, anualmente, à Câmara Municipal, relatório sobre o andamento das obras e serviços municipais;

XVI - propor à Câmara Municipal projetos de leis sobre criação, alteração das Secretarias Municipais e Subprefeituras, inclusive sobre suas estruturas e atribuições;

XVII - nomear Conselheiros do Tribunal de Contas do Município, observado o disposto nesta Lei Orgânica, em especial o prazo fixado no § 3º do art. 42;

XVIII - propor à Câmara Municipal a criação de fundos destinados ao auxílio no financiamento de serviços e/ou programas públicos.

Art. 70 - Compete ainda ao Prefeito:

I - representar o Município nas suas relações jurídicas, políticas e administrativas;

II - prover cargos e funções públicas e praticar atos administrativos referentes aos servidores municipais, na

forma da Constituição da República e desta Lei Orgânica;

III - indicar os dirigentes de sociedades de economia mista e empresas públicas na forma da lei;

IV - aprovar projetos de edificação e planos de loteamento e arruamento, obedecidas as normas municipais;

V - prestar à Câmara Municipal as informações solicitadas, no prazo de 30 (trinta) dias, na forma estabelecida por esta Lei Orgânica;

VI - administrar os bens, a receita e as rendas do Município, promover o lançamento, a fiscalização e arrecadação de tributos, autorizar as despesas e os pagamentos dentro dos recursos orçamentários e dos créditos aprovados pela Câmara Municipal;

VII - colocar à disposição da Câmara Municipal, dentro de 15 (quinze) dias de sua requisição, as quantias que devem ser dispendidas de uma só vez, e, até o dia 20 (vinte) de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;

VIII - propor à Câmara Municipal alterações da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como de alterações nos limites das zonas urbanas e de expansão urbana;

IX - aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como cancelá-las quando impostas irregularmente;

X - propor à Câmara Municipal o Plano Diretor;

XI - oficializar e denominar as vias e logradouros públicos, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis;

XII - solicitar o auxílio da polícia do Estado, para garantia de seus atos;

XIII - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos, bem como determinar sua publicação;

XIV - dispor sobre a estrutura, a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma estabelecida por esta Lei Orgânica;

XV - propor a criação, a organização e a supressão de distritos e subdistritos, observada a legislação estadual e critérios a serem estabelecidos em lei.

**Parágrafo único - As competências definidas nos incisos VIII, X e XI deste artigo não excluem a competência do Legislativo nessas matérias.  
(Alterado pela Emenda 02/90)**

Art. 71 - O Prefeito poderá, por decreto, delegar a seus auxiliares funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva.

### SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 72 - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão processados e julgados:

I - pelo Tribunal de Justiça do Estado nos crimes comuns e nos de responsabilidade, nos termos da legislação federal aplicável;

II - pela Câmara Municipal nas infrações político-administrativas nos termos da lei, assegurados, dentre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade, ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, e a decisão motivada que se limitará a decretar a cassação do mandato do Prefeito.

§ 1º - Admitir-se-á a denúncia por Vereador, por partido político e por qualquer munícipe eleitor.

§ 2º - A denúncia será lida em sessão até 5 (cinco) dias após o seu recebimento e despachada para avaliação a uma Comissão especial eleita, composta de 7 (sete) membros, observadas, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

§ 3º - A Comissão a que alude o inciso anterior deverá emitir parecer no prazo de 10 (dez) dias, indicando se a denúncia deve ser transformada em acusação ou não.

§ 4º - Admitida a acusação, por 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara Municipal, será constituída Comissão Processante, composta por 7 (sete) Vereadores.

§ 5º - A perda do mandato do Prefeito será decidida por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§ 6º - Não participará do processo, nem do julgamento o Vereador denunciante.

§ 7º - Se decorridos 90 (noventa) dias da acusação e o julgamento não estiver concluído, o processo será arquivado.

§ 8º - O Prefeito, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

§ 9º - A lei definirá os procedimentos a serem observados desde o acolhimento da denúncia.

Art. 73 - O Prefeito perderá o mandato, por cassação, nos termos do inciso II e dos parágrafos do artigo anterior, quando:

I - infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 59;

II - infringir o disposto no art. 66;

III - residir fora do Município;

IV - atentar contra:

- a) a autonomia do Município;
- b) o livre exercício da Câmara Municipal;
- c) o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- d) a probidade na administração;
- e) a lei orçamentária;
- f) o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Art. 74 - O Prefeito perderá o mandato, por extinção, declarada pela Mesa da Câmara Municipal quando:

I - sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, nos termos da legislação federal;

II - perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

III - o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República;

IV - renunciar por escrito, considerada também como tal o não comparecimento para a posse no prazo previsto nesta Lei Orgânica.

#### SEÇÃO IV DOS AUXILIARES DO PREFEITO

Art. 75 - São auxiliares diretos do Prefeito:

I - os Secretários Municipais;

II - os Subprefeitos.

Art. 76 - Os Secretários Municipais e os Subprefeitos serão nomeados pelo Prefeito, entre cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos, no pleno exercício de seus direitos políticos.

Parágrafo único - O número e a competência das Secretarias Municipais serão definidos em lei, que também determinará os deveres e as responsabilidades dos Secretários.

Art. 77 - A administração municipal será exercida, em nível local, através de Subprefeituras, na forma estabelecida em lei, que definirá suas atribuições, número e limites territoriais, bem como as competências

e o processo de escolha do Subprefeito.

Art. 78 - Ao Subprefeito compete, além do estabelecido em legislação, as seguintes atribuições:

I - coordenar e supervisionar a execução das atividades e programas da Subprefeitura, de acordo com as diretrizes, programas e normas estabelecidas pelo Prefeito;

II - sugerir à administração municipal, com a aprovação do Conselho de Representantes, diretrizes para o planejamento municipal;

III - propor à administração municipal, de forma integrada com os órgãos setoriais competentes e aprovação do Conselho de Representantes, prioridades orçamentárias relativas aos serviços, obras e atividades a serem realizadas no território da Subprefeitura.

Art. 79 - As Subprefeituras contarão com dotação orçamentária própria.

## **TÍTULO IV** **DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL**

### **CAPÍTULO I** **DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 80 - A Administração Pública Municipal compreende:

I - administração direta, integrada pelo Gabinete do Prefeito, Secretarias, Subprefeituras e demais órgãos auxiliares, previstos em lei;

II - administração indireta, integrada pelas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e outras entidades dotadas de personalidade jurídica.

Parágrafo único - Os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta, serão criados por lei específica, ficando estas últimas vinculadas às Secretarias ou órgãos equiparados, em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

**Art. 81 - A administração pública direta e indireta obedecerá aos princípios e diretrizes da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, unidade, indivisibilidade e indisponibilidade do interesse público, descentralização, democratização, participação popular, transparência e valorização dos servidores públicos.**  
**(Alterado pela Emenda 24/01)**

Parágrafo único - Cabe ao Município promover a modernização da administração pública, buscando assimilar as inovações tecnológicas, com adequado recrutamento e desenvolvimento dos recursos humanos necessários.

Art. 82 - Todos os órgãos da administração direta e indireta, inclusive o Prefeito e o Tribunal de Contas do Município, ficam obrigados a fornecer informações, de qualquer natureza, quando requisitadas, por escrito e mediante justificativa, pela Câmara Municipal através da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores.

§ 1º - É fixado o prazo máximo de 30 (trinta) dias para que o Executivo preste as informações requisitadas pelo Poder Legislativo, na forma do disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - É cabível recurso judicial para o cumprimento do "caput" deste artigo, se não observado o prazo estipulado no parágrafo anterior, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

Art. 83 - Para a organização da administração pública direta e indireta é obrigatório, além do previsto nos arts. 37 e 39 da Constituição da República, o cumprimento das seguintes normas:

I - participação de representantes dos servidores públicos e dos usuários nos órgãos diretivos, na forma da lei;

II - nas entidades da administração indireta, os órgãos de direção serão compostos por um colegiado, com a participação de, no mínimo, um diretor eleito entre os servidores e empregados públicos, na forma da lei, sem prejuízo da constituição de Comissão de Representantes, igualmente eleitos entre os mesmos;

III - são considerados cargos de confiança na administração indireta exclusivamente aqueles que comportem encargos referentes à gestão do órgão;

IV - na administração direta e fundacional, junto aos órgãos de direção, serão constituídas, na forma da lei, Comissões de Representantes dos servidores eleitos dentre os mesmos;

V - é obrigatória a declaração pública de bens, no ato da posse e no desligamento de todo dirigente da administração direta e indireta;

**VI - os órgãos da administração direta, indireta e fundacional ficam obrigados a constituir, nos termos da lei, comissões internas visando à prevenção de acidentes e, quando assim o exigirem suas atividades, o fornecimento de equipamento de proteção individual e o controle ambiental, para assegurar a proteção da vida, do meio ambiente e de adequadas condições de trabalho de seus servidores;**

**(Alterado pela Emenda 24/01)**

VII - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º - A participação na Comissão de Representantes ou nas Comissões previstas no inciso VI não poderá ser remunerada a nenhum título.

§ 2º - Os servidores e os empregados públicos gozarão, na forma da lei, de estabilidade no cargo ou emprego desde o registro da candidatura para o exercício de cargo de representação sindical ou nos casos previstos no inciso II deste artigo, até 1 (um) ano após o término do mandato, se eleito, ainda que suplente, salvo se cometer falta grave definida em lei.

Art. 84 - Todo órgão ou entidade municipal prestará aos interessados, no prazo de lei e sob pena de responsabilidade, as informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível, nos casos referidos na Constituição da República.

Parágrafo único - Independência do pagamento de taxa o exercício do direito de petição em defesa de direitos contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões junto a repartições públicas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

Art. 85 - A publicidade das atividades, programas, obras, serviços e campanhas da administração pública direta, indireta, fundacional e órgão controlado pelo Poder Municipal, independente da fonte financiadora, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem propaganda partidária, promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Art. 86 - A criação, transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização ou extinção das sociedades de economia mista, das empresas públicas, e, no que couber, das autarquias e fundações, bem como a alienação das ações das empresas nas quais o Município tenha participação depende de prévia aprovação, por maioria absoluta, da Câmara Municipal.

Parágrafo único - Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas neste artigo, assim como a participação de qualquer delas em empresas privadas.

Art. 87 - A Procuradoria Geral do Município tem caráter permanente, competindo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, e, privativamente, a representação judicial do Município a inscrição e a cobrança judicial e extra-judicial da dívida ativa e o processamento dos procedimentos relativos ao patrimônio imóvel do Município, sem prejuízo de outras atribuições compatíveis com a natureza de suas funções.

Parágrafo único - Lei de organização da Procuradoria Geral do Município disciplinará sua competência, dos órgãos que a compõe e, em especial, do órgão colegiado de Procuradores e definirá os requisitos e a forma de designação do Procurador Geral.

Art. 88 - O Município poderá, mediante lei, manter Guarda Municipal, subordinada ao Prefeito e destinada à proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

## CAPÍTULO II DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 89 - É função do Município prestar um serviço público eficiente e eficaz, com servidores justamente remunerados e profissionalmente valorizados.

Art. 90 - A administração pública municipal, na elaboração de sua política de recursos humanos, atenderá ao princípio da valorização do servidor público, investindo na sua capacitação, no seu aprimoramento e atualização profissional, preparando-o para seu melhor desempenho e sua evolução funcional.

Art. 91 - A lei fixará o limite máximo e a relação entre a maior e menor remuneração dos servidores públicos municipais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição da República.

Art. 92 - A remuneração dos servidores públicos será estabelecida com vistas a garantir o atendimento de suas necessidades básicas de moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social e obedecerá aos seguintes critérios:

I - piso salarial definido em comum acordo entre a administração e a representação sindical dos servidores municipais;

II - será assegurada a proteção da remuneração, a qualquer título, dos servidores públicos contra os efeitos inflacionários, inclusive com a correção monetária dos pagamentos em atraso;

III - os vencimentos dos servidores públicos municipais, ativos, inativos ou aposentados são irredutíveis;

IV - o reajuste geral da remuneração dos servidores far-se-á sempre na mesma data, sem distinção de índices entre a administração direta, autárquica e fundacional.

Art. 93 - É garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical, nos termos do art. 8º da Constituição da República.

Parágrafo único - Às entidades de caráter sindical, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, será assegurado desconto em folha de pagamento das contribuições dos associados, aprovadas em assembléia geral.

Art. 94 - As vantagens de qualquer natureza só poderão ser instituídas por lei e quando atendam efetivamente ao interesse e às exigências do serviço público.

Art. 95 - Será concedida aos servidores municipais, na forma da lei, gratificação de distância pelo exercício de cargo ou função em unidades de trabalho consideradas de difícil acesso.

**Art. 96 - Os servidores e empregados da administração pública municipal direta, indireta e fundacional terão plano de carreira.**

**Parágrafo único - Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público da administração direta, das autarquias e das fundações o disposto no artigo 7º, incisos IV, VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXX e XXXI, relativos aos direitos sociais, bem como o disposto nos artigos 40 e 41, todos da Constituição da República. (Alterado pela Emenda 24/01)**

Art. 97 - Ao servidor público municipal é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço público, concedido por quinquênio, bem como a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício no serviço público, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, não sendo computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

**Art. 98 - Ficam asseguradas à servidora e à empregada gestante, sem prejuízos de vencimentos e demais vantagens do cargo ou emprego:**

**I - mudança de função, pelo tempo necessário, por recomendação médica;**

**II - dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para realização de, no mínimo, seis**



**consultas medicas e demais exames complementares.  
(Alterado pela Emenda 24/01)**

Art. 99 - Ficam assegurados o ingresso e o acesso das pessoas portadoras de deficiência, na forma da lei, aos cargos, empregos e funções administrativas da administração direta e indireta do Município, garantindo-se as adaptações necessárias para sua participação nos concursos públicos.

Art. 100 - Os servidores e empregados da administração direta e indireta que incorrerem na prática do racismo ou de qualquer outro tipo de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, serão punidos na forma da lei, podendo ser demitidos a bem do serviço público, sem prejuízo de outras penalidades a que estiverem sujeitos.

Art. 101 - O pedido de aposentadoria voluntária bem como as pendências respectivas deverão ser apreciados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o seu protocolamento, na forma da lei.

Art. 102 - Cabe ao Município assegurar uma estrutura previdenciária e de assistência médico-hospitalar que viabilize os princípios previstos na Constituição da República, garantindo a participação dos segurados na sua gestão.

Parágrafo único - A direção e o gerenciamento dos recursos destinados a assegurar os direitos relativos à previdência do servidor serão exercidos por órgãos colegiados que terão sua composição, organização e competência fixadas em lei, garantida a participação dos servidores municipais, eleitos pelos segurados.

Art. 103 - Os recursos provenientes dos descontos compulsórios dos servidores públicos municipais, bem como a contrapartida do Município, destinados à formação de fundo próprio de previdência, deverão ser postos, mensalmente, à disposição da entidade municipal responsável pela prestação do benefício, na forma que a lei dispuser.

Art. 104 - É vedado ao Município de São Paulo proceder ao pagamento de mais de um benefício da previdência social, a título de aposentadoria, a ocupantes de cargos e funções públicas, inclusive de cargos eletivos, salvo os casos de acumulação permitida na Constituição da República.

Art. 105 - É vedada ao Município de São Paulo a criação ou manutenção, com recursos públicos de carteiras especiais de previdência social para ocupantes de cargos eletivos.

Parágrafo único - Os vereadores poderão se vincular à previdência municipal, observadas as normas aplicáveis aos servidores públicos e o disposto no art. 202 da Constituição da República.

Art. 106 - É vedada a estipulação de limite de idade para ingresso por concurso público na administração direta e indireta, respeitando-se apenas o limite constitucional para aposentadoria compulsória.

Art. 107 - Os concursos públicos de ingresso de servidores serão realizados por entidades dissociadas da administração e, para a composição das comissões organizadoras, deverão ser previamente ouvidas as entidades de classe do funcionalismo.

**Art. 108 - As contratações por tempo determinado a serem efetuadas na forma da lei para atender a necessidades temporárias, de excepcional interesse público, não serão superiores a 12 (doze) meses, e obedecerão, obrigatoriamente, a processo seletivo prévio.  
(Alterado pela Emenda 04/91 e posteriormente pela Emenda 22/01)**

**Parágrafo único - As contratações por tempo determinado efetivadas na área da Saúde, até o mês de novembro de 1993, ficam prorrogadas, uma única vez, por mais 6 (seis) meses.  
(Acrescentado pela Emenda 16/94)**

Art. 109 - Lei definirá a responsabilidade e penalidades cabíveis aos servidores e empregados da administração direta e indireta, que, por ação ou omissão:

I - tendo conhecimento de atos e práticas que contrariem os princípios previstos nesta Lei, em especial no art. 81, não tomarem as providências cabíveis ao seu nível hierárquico;

II - contribuir com atos que impliquem na degradação ambiental e da qualidade de vida.

## DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 110 - Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

§ 1º - Pertencem ao patrimônio municipal as terras devolutas que se localizem dentro de seus limites.

§ 2º - Os bens municipais destinar-se-ão prioritariamente ao uso público, assegurando o respeito aos princípios e normas de proteção ao meio ambiente, ao patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, garantindo-se sempre o interesse social.

Art. 111 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 112 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação, e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) doação, admitida exclusivamente para fins de interesse social, devendo constar do contrato os encargos do donatário, o prazo do seu cumprimento e a cláusula de retrocesso, sob pena de nulidade do ato;
- b) permuta;
- c) investidura;

II - quando móveis, dependerá de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social;
- b) permuta;
- c) ações, que serão vendidas em Bolsa, após autorização legislativa.

§ 1º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência.

§ 2º - A concorrência a que se refere o parágrafo anterior poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público ou quando houver relevante interesse público e social, devidamente justificado.

§ 3º - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes de obras públicas ou de modificação de alinhamento, inaproveitáveis isoladamente para edificação, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

§ 4º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, a venda dependerá de licitação existindo mais de um imóvel lindeiro com proprietários diversos, salvo se, em favor de um deles, houver direito de investidura.

Art. 113 - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 114 - O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e o interesse público, devidamente justificado, o exigir.

§ 1º - A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominiais dependerá de lei e concorrência, e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato.

§ 2º - A concorrência a que se refere este artigo poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público ou entidades assistenciais.

§ 3º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada mediante autorização legislativa garantindo-se, em qualquer hipótese, a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

§ 4º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será sempre por tempo indeterminado e a título precário, formalizada através de decreto.

§ 5º - A autorização que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, exceto quando se tratar de formar canteiro de obra pública, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra.

§ 6º - O Prefeito deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal relatório contendo a identificação dos bens municipais objeto da permissão de uso e de concessão, em cada exercício, assim como sua destinação e o beneficiário.

§ 7º - Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos após a promulgação desta Lei, em desacordo com o estabelecido neste artigo.

**§ 8º - A autorização legislativa para o Executivo ceder bens municipais, mediante concessão administrativa de uso, deixará de vigorar se o respectivo instrumento não for lavrado dentro do prazo de 03 (três) anos, a contar da publicação da Lei ou da data nela fixada, se houver, para a prática do ato.  
(Acrescentado pela Emenda 09/91)**

#### CAPÍTULO IV DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS

Art. 115 - A publicação das leis e atos administrativos será feita pelo órgão oficial do Município.

§ 1º - A publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.

§ 2º - Os atos de efeitos externos só produzirão efeitos após a sua publicação.

Art. 116 - Todas as compras efetuadas e serviços contratados pelo Executivo e Legislativo, na administração direta ou indireta, ou pelo Tribunal de Contas do Município, serão objeto de publicação mensal no Diário Oficial, discriminando-se, resumidamente, objeto, quantidade e preço.

Art. 117 - Os editais e publicações oficiais da Prefeitura Municipal de São Paulo, editados nos jornais de grande circulação local, poderão ser transcritos nos jornais de bairro onde a matéria apresente maior interesse, na forma da lei.

Art. 118 - O Poder Executivo publicará e enviará ao Poder Legislativo, no máximo 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, relatório completo sobre os gastos publicitários da administração direta e indireta, para fins de averiguação do cumprimento do disposto no § 1º, do art. 37 da Constituição da República.

§ 1º - As empresas estatais que sofrerem concorrência de mercado deverão restringir sua publicidade ao seu objetivo social.

§ 2º - O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará instauração imediata de procedimento administrativo para sua apuração, sem prejuízo da suspensão da publicidade.

Art. 119 - O Município não concederá licença ou autorização, e as cassará, quando, em estabelecimentos, entidades, representações ou associações, ficar provada a discriminação racial, bem como qualquer outra prática atentatória aos direitos fundamentais, através de sócios, gerentes, administradores e prepostos.

Art. 120 - A administração é obrigada a atender às requisições judiciais no prazo fixado pela autoridade judiciária, bem como a fornecer a qualquer cidadão, para defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse pessoal, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, certidão de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade do servidor que retardar a sua expedição.

Art. 121 - Os órgãos da administração direta, indireta e fundacional, incluindo a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas do Município, publicarão, separada e anualmente, no Diário Oficial do Município, o valor da remuneração dos seus cargos, empregos e funções, o número de servidores e funcionários ativos e inativos e quadros-resumos da composição de servidores segundo as faixas de remuneração.

Art. 122 - Nas repartições públicas municipais, inclusive na Câmara Municipal e no Tribunal de Contas do Município, naquelas unidades de atendimento à população será afixado em lugar visível ao público quadro com nomes de seus servidores e funcionários, cargos que ocupam e horário de trabalho.

## CAPÍTULO V DAS OBRAS, SERVIÇOS E LICITAÇÕES

Art. 123 - Os serviços públicos constituem dever do Município.

Parágrafo único - Ao usuário fica garantido serviço público compatível com sua dignidade humana, prestado com eficiência, regularidade, pontualidade, uniformidade, conforto e segurança, sem distinção de qualquer espécie.

Art. 124 - A realização de obras e serviços municipais deverá ser adequada às diretrizes do Plano Diretor.

Art. 125 - Constituem serviços municipais, entre outros:

I - administrar o serviço funerário e os cemitérios públicos, fiscalizando aqueles pertencentes às entidades privadas;

**II - administrar a coleta, a reciclagem, o tratamento e o destino do lixo;  
(Alterado pela Emenda 25/02)**

III - efetuar a limpeza das vias e logradouros públicos.

Art. 126 - Os serviços públicos municipais serão prestados pelo Poder Público, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, nos termos desta lei.

§ 1º - O não cumprimento dos encargos trabalhistas, bem como das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho e de proteção do meio ambiente pela prestadora de serviços públicos importará a rescisão do contrato sem direito a indenização.

§ 2º - A lei fixará e graduará as sanções a serem impostas às permissionárias ou concessionárias que desatenderem o disposto no § 1º, prevendo, inclusive, as hipóteses de não renovação da permissão ou concessão.

§ 3º - O disposto neste artigo não impede a locação de bens ou serviços, por parte da Administração Direta ou Indireta, com o intuito de possibilitar a regular e eficaz prestação de serviço público.

Art. 127 - A paralisação das obras públicas iniciadas dependerá de prévia autorização legislativa.

Art. 128 - Lei Municipal disporá sobre:

I - o regime das concessões e permissões de serviços públicos, o caráter especial do respectivo contrato ou ato, o prazo de duração e eventual prorrogação, admitida esta apenas excepcionalmente, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão e da permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

§ 1º - O disposto neste artigo não inibe a administração direta ou indireta de utilizar outras formas ou instrumentos jurídicos para transferir a terceiros a operação direta do serviço público.

§ 2º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços a que se refere o "caput" deste artigo, desde que constatado que sua execução não atenda às condições estabelecidas no ato de permissão ou contrato de concessão.

Art. 129 - As licitações e os contratos celebrados pelo Município para compras, obras e serviços serão disciplinados por lei, respeitadas as normas gerais editadas pela União, os princípios da igualdade dos participantes, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo do interesse público e dos que lhe são correlatos.

§ 1º - A legislação ordinária estabelecerá limites diferenciados para a realização de licitações pelas

unidades descentralizadas da administração municipal, bem como os casos de dispensa e inexistência de licitação.

§ 2º - As obras e serviços municipais deverão ser precedidos dos respectivos projetos ou estudos ainda quando se tratar de dispensa ou inexigibilidade de licitação, sob pena de invalidação de contrato.

## CAPÍTULO VI DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA

### SEÇÃO I DA TRIBUTAÇÃO

Art. 130 - Compete ao Município instituir:

I - os impostos previstos na Constituição da República como de competência municipal;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia, ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos de sua atribuição, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

IV - contribuição cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício deles, de sistemas de previdência e assistência social.

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e, nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 3º - A arrecadação e a fiscalização dos tributos municipais são de competência do poder público.

§ 4º - O Município coordenará e unificará serviços de fiscalização e arrecadação de tributos, bem como poderá delegar à União, Estados e outros Municípios e deles receber encargos de fiscalização tributária.

Art. 131 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou funções por eles exercidas, independente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituídos ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitação ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributo;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais, dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º - A proibição do inciso VI, alínea "a", é extensiva às autarquias e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados aos seus fins essenciais ou deles decorrentes.

§ 2º - As proibições do inciso VI, alínea "a" e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 3º - A contribuição de que trata o art. 130, inciso IV, só poderá ser exigida após decorridos 90 (noventa) dias da publicação da lei que a houver instituída ou modificada, não se lhe aplicando o disposto no inciso III, alínea "b", deste artigo.

§ 4º - As proibições expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

**§ 6º - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.  
(Alterado pela Emenda 24/01)**

**§ 7º - A lei poderá atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.  
(Acrescentado pela Emenda 24/01)**

Art. 132 - É vedada a cobrança de taxas:

I - pelo exercício do direito de petição ao Poder Público em defesa de direitos contra ilegalidade ou abuso do Poder;

II - para obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de interesse pessoal.

Art. 133 - Compete ao Município instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "intervivos" a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

**III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;  
(Revogado pela Emenda 24/01)**

IV - serviços de qualquer natureza, na forma da Constituição da República.

**§ 1º - O imposto previsto no inciso I nos termos de lei municipal, poderá ser:**

**I - progressivo de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;**

**II - progressivo em razão do valor do imóvel;**

**III - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.  
(Alterado pela Emenda 24/01)**

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em

realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoas jurídicas, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - incide sobre a transmissão por ato oneroso "intervivos" de bens imóveis e direitos a eles relativos de imóveis situados no território do Município.

**§ 3º - O imposto previsto no inciso III não exclui a incidência do imposto estadual previsto no art. 155, inciso I, alínea "b", da Constituição da República, sobre a mesma operação. (Revogado pela Emenda 24/01)**

Art. 134 - Os recursos administrativos em matéria tributária serão obrigatoriamente julgados por órgão colegiado a ser criado por lei.

Art. 135 - O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e das transferências recebidas.

Art. 136 - A isenção, anistia e remissão relativas a tributos e penalidades só poderão ser concedidas em caráter genérico e fundadas em interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato.

## SEÇÃO II DOS ORÇAMENTOS

Art. 137 - Leis de iniciativa do Poder Executivo Municipal estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital, e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º - O Poder Executivo Municipal publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas municipais, regionais e setoriais previstos na Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e as despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 8º - A lei orçamentária anual identificará, individualizando-os, os projetos e atividades, segundo a sua localização, dimensão, características principais e custo.

Art. 138 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno.

§ 1º - Caberá à Comissão de Finanças e Orçamento:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

§ 2º - As emendas serão apresentadas na Comissão de Finanças e Orçamento, que sobre elas emitirá parecer, e serão apreciadas, na forma regimental, pelo plenário da Câmara Municipal.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviços da dívida; ou

III - sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões ou;
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão Permanente, da parte cuja alteração é proposta.

**§ 6º - Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviadas pelo Prefeito à Câmara Municipal, nos termos da lei, e nos seguintes prazos:**

**I - diretrizes orçamentárias: 15 de abril;  
(Alterado pela Emenda 24/01)**

II - plano plurianual e orçamento anual: 30 de setembro.

§ 7º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

**§ 9º - O projeto de lei de diretrizes orçamentárias encaminhado à Câmara Municipal no prazo previsto no inciso I do § 6º deste artigo será votado e remetido à sanção até 30 de junho.**

**§ 10 - O projeto de lei do plano plurianual encaminhado à Câmara Municipal no prazo previsto no inciso II do § 6º deste artigo será votado e remetido à sanção até 31 de dezembro.  
(Acrescentados pela Emenda 24/01)**

Art. 139 - Não tendo o Legislativo recebido a proposta de orçamento anual até a data prevista no inciso II do § 6º do artigo anterior, será considerado como projeto a lei orçamentária vigente, pelos valores de sua edição inicial, monetariamente corrigidos pela aplicação de índice inflacionário oficial, respeitado o princípio



do equilíbrio orçamentário.

Art. 140 - Aplicar-se-á, para o ano subsequente, a lei orçamentária vigente, pelos valores de edição inicial, monetariamente corrigidos pela aplicação de índice inflacionário oficial, caso o Legislativo, até 31 de dezembro, não tenha votado a proposta de orçamento.

Art. 141 - O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até o último dia de cada mês, a posição da "Dívida Fundada Interna e Externa" e da "Dívida Flutuante" do Município, no mês anterior, indicando, entre outros dados, o tipo de operação de crédito que a originou, as instituições credoras, as condições contratuais, o saldo devedor e o perfil de amortização.

Art. 142 - O balancete relativo à receita e despesa do mês anterior será encaminhado à Câmara pelo Executivo e publicado mensalmente até o dia 20 (vinte), no órgão oficial de imprensa do Município.

Parágrafo único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes;

II - se houver autorização legislativa específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

## CAPÍTULO VII DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

### SEÇÃO I DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Art. 143 - O Município organizará sua administração e exercerá suas atividades com base num processo de planejamento, de caráter permanente, descentralizado e participativo, como instrumento de democratização da gestão da cidade, de estruturação da ação do Executivo e orientação da ação dos particulares.

§ 1º - Considera-se processo de planejamento a definição de objetivos determinados em função da realidade local e da manifestação da população, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e a avaliação dos resultados obtidos.

§ 2º - Os planos integrantes do processo de planejamento deverão ser compatíveis entre si e seguir as políticas gerais e setoriais segundo as quais o Município organiza sua ação.

§ 3º - É assegurada a participação direta dos cidadãos, em todas as fases do planejamento municipal, na forma da lei, através das suas instâncias de representação, entidades e instrumentos de participação popular.

§ 4º - Lei disciplinará a realização, a discussão, o acompanhamento da implantação, a revisão e atualização dos planos integrantes do processo de planejamento.

### SEÇÃO II DOS INSTRUMENTOS DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 144 - Integram o processo de planejamento os seguintes planos:

I - o Plano Diretor, de elaboração e atualização obrigatórias, nos termos da Constituição da República;

II - o plano plurianual;

III - os planos setoriais, regionais, locais e específicos.

Art. 145 - Os planos vinculam os atos de órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Parágrafo único - A lei disporá sobre os procedimentos e meios necessários à vinculação dos atos da

administração aos planos integrantes do processo de planejamento.

Art. 146 - Compete ao Município implantar e manter atualizado o sistema municipal de informações sociais, culturais, econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, físico-territoriais, inclusive cartográficas e geológicas, ambientais e outras de relevante interesse para o Município, assegurada sua ampla e periódica divulgação, e garantindo seu acesso aos munícipes.

§ 1º - O sistema de informações deve atender aos princípios da simplificação, economicidade, precisão e segurança, evitando-se duplicações de meios e instrumentos.

§ 2º - Os agentes públicos e privados ficam obrigados a fornecer ao Município, nos termos da lei, todos os dados e informações necessárias ao sistema.

§ 3º - O sistema de informações estabelecerá indicadores econômicos, financeiros, sociais, urbanísticos e ambientais, entre outros, mantendo-os atualizados e divulgando-os periodicamente, de forma a permitir a avaliação, pela população, dos resultados da ação da administração.

### **SEÇÃO III DA PARTICIPAÇÃO NAS ENTIDADES REGIONAIS**

Art. 147 - O Município, a participar das estruturas regionais criadas pelo Estado, nos termos do que dispõem a Constituição da República e a Estadual, fará valer os princípios e os interesses de seus habitantes.

§ 1º - O Município favorecerá a formação e o funcionamento de consórcios entre municípios visando ao tratamento e à solução de problemas comuns.

§ 2º - O Município compatibilizará, quando de interesse para a sua população, seus planos e normas de ordenamento do uso e ocupação do solo aos planos e normas regionais e as diretrizes estabelecidas por compromissos consorciais.

### **TÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO**

#### **CAPÍTULO I DA POLÍTICA URBANA**

Art. 148 - A política urbana do Município terá por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, propiciar a realização da função social da propriedade e garantir o bem-estar de seus habitantes, procurando assegurar:

I - o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território;

II - o acesso de todos os seus cidadãos às condições adequadas de moradia, transporte público, saneamento básico, infra-estrutura viária, saúde, educação, cultura, esporte e lazer e às oportunidades econômicas existentes no Município;

III - a segurança e a proteção do patrimônio paisagístico, arquitetônico, cultural e histórico;

IV - a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente;

V - a qualidade estética e referencial da paisagem natural e agregada pela ação humana.

Art. 149 - O Município, para cumprir o disposto no artigo anterior, promoverá igualmente:

I - o controle da implantação e do funcionamento das atividades industriais, comerciais, institucionais, de serviços, do uso residencial e da infra-estrutura urbana, corrigindo deseconomias geradas no processo de urbanização;

II - a correta utilização de áreas de risco geológico e hidrológico, e outras definidas em lei, orientando e fiscalizando o seu uso e ocupação, bem como prevendo sistemas adequados de escoamento e infiltração das águas pluviais e de prevenção da erosão do solo;

III - o uso racional e responsável dos recursos hídricos para quaisquer finalidades desejáveis;

IV - a criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico, social, ambiental, arquitetônico, paisagístico, cultural, turístico, esportivo e de utilização pública, de acordo com a sua localização e características;

V - ações precipuamente dirigidas às moradias coletivas, objetivando dotá-las de condições adequadas de segurança e salubridade;

VI - o combate a todas as formas de poluição ambiental, inclusive a sonora e nos locais de trabalho;

VII - a preservação dos fundos de vale de rios, córregos e leitos em cursos não perenes, para canalização, áreas verdes e passagem de pedestres.

Parágrafo único - O Município formulará o Plano Municipal de Saneamento Básico e participará, isoladamente, ou em consórcio com outros Municípios da mesma bacia hidrográfica, do sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos previstos no art. 205 da Constituição Estadual.

**Art. 149-A - A lei ordenará a paisagem urbana, promovendo-a em seus aspectos estético, cultural, funcional e ambiental, a fim de garantir o bem-estar dos habitantes do Município, considerando, de modo integrado, o conjunto de seus elementos, em especial os sistemas estruturais, viário e de transporte público, a topografia, os cursos d'água, as linhas de drenagem e os fundos de vales, como eixos básicos estruturadores da paisagem.  
(Acrescentado pela Emenda 24/01)**

Art. 150 - O Plano Diretor é o instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento urbano e de orientação de todos os agentes públicos e privados que atuam na cidade.

§ 1º - O Plano Diretor deve abranger a totalidade do território do Município, definindo as diretrizes para o uso do solo e para os sistemas de circulação, condicionados às potencialidades do meio físico e ao interesse social, cultural e ambiental.

§ 2º - Será assegurada a participação dos munícipes e suas entidades representativas na elaboração, controle e revisão do Plano Diretor e dos programas de realização da política urbana.

Art. 151 - A propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor e na legislação urbanística dele decorrente.

§ 1º - Para assegurar o cumprimento da função social da propriedade o Município deverá:

I - prevenir distorções e abusos no desfrute econômico da propriedade urbana e coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor;

II - assegurar o adequado aproveitamento, pela atividade imobiliária, do potencial dos terrenos urbanos, respeitados os limites da capacidade instalada dos serviços públicos;

III - assegurar a justa distribuição dos ônus e encargos decorrentes das obras e serviços da infra-estrutura urbana e recuperar para a coletividade a valorização imobiliária decorrente da ação do Poder Público.

§ 2º - O direito de construir será exercido segundo os princípios previstos neste Capítulo e critérios estabelecidos em lei municipal.

Art. 152 - O Município poderá, na forma da lei, obter recursos junto à iniciativa privada para a construção de obras e equipamentos, através das operações urbanas.

Art. 153 - O Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios, no prazo fixado em lei municipal;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada

pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 1º - Entende-se por solo urbano aquele compreendido na área urbana e na área de expansão urbana.

§ 2º - A alienação de imóvel posterior à data da notificação não interrompe o prazo fixado para o parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios.

Art. 154 - O Município, para assegurar os princípios e diretrizes da política urbana, poderá utilizar, nos termos da lei, dentre outros institutos, o direito de superfície, a transferência do direito de construir, a requisição urbanística, a contribuição de melhoria.

Parágrafo único - Equipara-se aos instrumentos de que trata o "caput", para idênticas finalidades, o instituto do usucapião especial de imóveis urbanos, de acordo com o que dispuser a lei.

Art. 155 - Para a efetivação da política de desenvolvimento urbano, o Município adotará legislação de ordenamento do uso do solo urbano, compatível com as diretrizes do Plano Diretor.

Art. 156 - A realização de obras, a instalação de atividades e a prestação de serviços por órgãos públicos municipais, estaduais ou federais e entidades particulares não poderão contrariar as diretrizes do Plano Diretor e dependerão de prévia aprovação do Município, atendidos seus interesses e conveniências.

Parágrafo único - A prestação de serviços e a realização de obras públicas por entidades vinculadas ao Município, ao Estado ou à União deverão ser obrigatoriamente submetidas ao Município para aprovação ou compatibilização recíproca.

Art. 157 - O Município instituirá a divisão geográfica de sua área em distritos, a serem adotados como base para a organização da prestação dos diferentes serviços públicos.

Art. 158 - Os bens públicos municipais dominiais não utilizados serão prioritariamente destinados, na forma da lei, a assentamentos da população de baixa renda e à instalação de equipamentos coletivos, assegurada a preservação do meio ambiente.

Art. 159 - Os projetos de implantação de obras ou equipamentos, de iniciativa pública ou privada, que tenham, nos termos da lei, significativa repercussão ambiental ou na infra-estrutura urbana, deverão vir acompanhados de relatório de impacto de vizinhança.

§ 1º - Cópia do relatório de impacto de vizinhança será fornecida gratuitamente quando solicitada aos moradores da área afetada e suas associações.

§ 2º - Fica assegurada pelo órgão público competente a realização de audiência pública, antes da decisão final sobre o projeto, sempre que requerida, na forma da lei, pelos moradores e associações mencionadas no parágrafo anterior.

## CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 160 - O Poder Municipal disciplinará as atividades econômicas desenvolvidas em seu território, cabendo-lhe, quanto aos estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços e similares, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - conceder e renovar licenças para instalação e funcionamento;

II - fixar horários e condições de funcionamento;

III - fiscalizar as suas atividades de maneira a garantir que não se tornem prejudiciais ao meio ambiente e ao bem-estar da população;

IV - estabelecer penalidades e aplicá-las aos infratores;

V - regulamentar a afixação de cartazes, anúncios e demais instrumentos de publicidade;

VI - normatizar o comércio regular, o comércio ambulante por pessoa física e jurídica nas vias e logradouros

públicos e a atividade mercantil transitória em pontos fixos e em locais previamente determinados sem prejuízo das partes envolvidas;

VII - regulamentar a execução e controle de obras, incluídas as edificações, as construções, reformas, demolições ou reconstruções, os equipamentos, as instalações e os serviços, visando a observância das normas urbanísticas de segurança, higiene e qualidade de vida em defesa do consumidor e do meio ambiente;

VIII - outorgar a permissão de uso em locais apropriados, inclusive vias e logradouros públicos, para os serviços de interesse da coletividade, nos termos a serem definidos em lei.

§ 1º - As diretrizes e normas relativas à execução de obras, prestação de serviços, funcionamento de atividades, e ao desenvolvimento urbano deverão contemplar regras de preservação do patrimônio ambiental, arquitetônico, paisagístico, histórico e cultural urbano.

§ 2º - O início das atividades previstas no parágrafo anterior dependerá de licença prévia dos órgãos competentes e, se for o caso, de aprovação do estudo prévio de impacto ambiental e sócio-energético, garantida a realização de audiências públicas.

Art. 161 - O Município definirá espaços territoriais destinados à implantação de atividades e projetos de pesquisa e desenvolvimento da indústria de tecnologia de ponta, na forma da lei.

Art. 162 - O Poder Público estimulará a substituição do perfil industrial das empresas localizadas no Município, incentivando a transformação para indústrias de menor impacto ambiental, ficando vedada a instalação ou desenvolvimento de qualquer nova atividade, comprovadamente poluidora, a partir da promulgação da presente Lei.

Art. 163 - As microempresas receberão por parte do Poder Público Municipal tratamento diferenciado visando incentivar a sua multiplicação e fomentar o seu crescimento pela simplificação das suas obrigações administrativas e tributárias.

Art. 164 - O Município promoverá o turismo como fator de desenvolvimento econômico.

Art. 165 - O Município promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor, em ação coordenada com órgãos e entidades que tenham atribuições de proteção e promoção dos destinatários finais de bens e serviços.

Art. 166 - O Poder Executivo ficará incumbido da organização, de forma coordenada com a ação do Estado e da União, de sistema de abastecimento de produtos no território do Município.

### CAPÍTULO III DA HABITAÇÃO

Art. 167 - É de competência do Município com relação à habitação:

I - elaborar a política municipal de habitação, integrada à política de desenvolvimento urbano, promovendo programas de construção de moradias populares, garantindo-lhes condições habitacionais e de infraestrutura que assegurem um nível compatível com a dignidade da pessoa humana;

II - instituir linhas de financiamento bem como recursos a fundo perdido para habitação popular;

III - gerenciar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados a financiamento para habitação popular;

IV - promover a captação e o gerenciamento de recursos provenientes de fontes externas ao Município, privadas ou governamentais;

V - promover a formação de estoques de terras no Município para viabilizar programas habitacionais.

Parágrafo único - Para o cumprimento do disposto neste artigo, o Município buscará a cooperação financeira e técnica do Estado e da União.

Art. 168 - A política municipal de habitação deverá prever a articulação e integração das ações do Poder Público e a participação popular das comunidades organizadas através de suas entidades representativas,

bem como os instrumentos institucionais e financeiros para sua execução.

Parágrafo único - O plano plurianual do Município, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual darão prioridade ao atendimento das necessidades sociais na distribuição dos recursos públicos, destinando verbas especiais para programas de habitação para a população de baixa renda segundo avaliação sócio-econômica realizada por órgão do Município.

Art. 169 - Lei Municipal estabelecerá os equipamentos mínimos necessários à implantação dos conjuntos habitacionais de interesse social.

Art. 170 - O Município, a fim de facilitar o acesso à habitação, apoiará a construção de moradias populares, realizada pelos próprios interessados, por cooperativas habitacionais e através de modalidades alternativas.

Parágrafo único - O Município apoiará o desenvolvimento de pesquisa de materiais e sistemas construtivos alternativos e de padronização de componentes, visando garantir o barateamento da construção.

Art. 171 - Considera-se para os efeitos desta lei, habitação coletiva precária, de aluguel, a edificação alugada no todo ou em parte, utilizada como moradia coletiva multifamiliar, com acesso aos cômodos habitados e instalações sanitárias comuns.

§ 1º - As habitações coletivas multifamiliares, com cadastro específico a ser instituído, serão submetidas a controle dos órgãos municipais, visando melhorar as condições de segurança e higiene dos imóveis.

§ 2º - As irregularidades, nos termos da legislação própria, cometidas por proprietários, sublocadores ou terceiros que tomem o lugar destes em imóveis alugados que se constituam em habitações coletivas precárias, acarretarão aos mesmos, além das sanções civis e criminais cabíveis, outras penalidades e providências administrativas previstas em lei.

#### CAPÍTULO IV DO TRANSPORTE URBANO

Art. 172 - Compete à Prefeitura planejar, organizar, implantar e executar, diretamente ou sob regime de concessão, permissão, ou outras formas de contratação, bem como regulamentar, controlar e fiscalizar o transporte público, no âmbito do Município.

Parágrafo único - Lei disporá sobre a organização e a prestação dos serviços de transportes públicos, que têm caráter essencial, respeitadas as interdependências com outros Municípios, o Estado e a União.

Art. 173 - O sistema de transporte urbano compreende:

- I - o transporte público de passageiros;
- II - as vias de circulação e sua sinalização;
- III - a estrutura operacional;
- IV - mecanismos de regulamentação;
- V - o transporte de cargas;
- VI - o transporte coletivo complementar.

Art. 174 - O sistema local de transporte deverá ser planejado, estruturado e operado de acordo com o Plano Diretor, respeitadas as interdependências com outros Municípios, o Estado e a União.

§ 1º - Lei disporá sobre a rede estrutural de transportes, que deverá ser apresentada pelo Poder Executivo, em conjunto com o Plano Diretor e periodicamente atualizada.

§ 2º - No planejamento e implantação do sistema de transportes urbanos de passageiros, incluídas as vias e a organização do tráfego, terão prioridade a circulação do pedestre e o transporte coletivo.

§ 3º - O Plano Diretor deverá prever tratamento urbanístico para vias e áreas contíguas à rede estrutural de transportes com o objetivo de garantir a segurança dos cidadãos e do patrimônio ambiental, paisagístico e

arquitetônico da cidade.

Art. 175 - A regulamentação do transporte público de passageiros deverá contemplar:

I - o planejamento e o regime de operação;

II - o planejamento e a administração do trânsito;

III - normas para o registro das empresas operadoras;

IV - os direitos e os deveres dos usuários e das operadoras, considerando o conforto e a segurança dos usuários e operadores dos veículos;

V - normas relativas à fiscalização da prestação do serviço adequado de transporte e o trânsito estabelecendo penalidades para operadores e usuários;

VI - normas relativas ao pessoal das empresas operadoras, enfatizando os aspectos concernentes ao treinamento;

VII - normas relativas às características dos veículos;

VIII - padrão de operação do serviço de transportes, incluindo integração física, tarifária e operacional;

IX - padrão de segurança e manutenção do serviço;

X - as condições de intervenção e de desapropriação para regularizar deficiências na prestação dos serviços ou impedir-lhes a descontinuidade, cabendo nesses casos ao Executivo comunicar imediatamente à Câmara Municipal;

XI - a metodologia, as regras de tarifação e as formas de subsídios.

Art. 176 - Nos casos em que a operação direta do serviço estiver a cargo de particular, o operador, sem prejuízo de outras obrigações, deverá:

I - cumprir a legislação municipal;

II - vincular ao serviço os meios materiais e humanos utilizados na sua prestação, como veículos, garagens, oficinas, pessoal e outros, automaticamente com a simples assinatura do contrato, termo ou outro instrumento jurídico.

Art. 177 - Ao operador direto não será admitida a ameaça de interrupção, nem a solução de continuidade ou deficiência grave na prestação do serviço público essencial de transporte coletivo urbano.

§ 1º - Para assegurar a continuidade do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, o Poder Público ou seu delegado poderá intervir na operação do serviço, assumindo-o total ou parcialmente, através do controle dos meios materiais e humanos vinculados ao mesmo, como veículos, oficinas, garagens, pessoal e outros.

§ 2º - Independentemente da previsão do § 1º deste artigo, poderá ser desde logo rescindido o vínculo jurídico pelo qual o particular passou a operar o serviço.

Art. 178 - As tarifas dos serviços públicos de transporte são de competência exclusiva do Município, e deverão ser fixadas pelo Executivo, de conformidade com o disposto no art. 7º, inciso III desta Lei.

**Parágrafo único - Até 5 (cinco) dias úteis antes da entrada em vigor da tarifa, o Executivo enviará a Câmara Municipal as planilhas e outros elementos que lhe servirão de base, divulgando amplamente para a população os critérios observados.  
(Alterado pela Emenda 07/91)**

Art. 179 - Ao Município compete organizar, promover, controlar e fiscalizar:

I - o trânsito no âmbito do seu território, inclusive impondo penalidades e cobrando multas ao infrator das normas sobre utilização do sistema viário, seus equipamentos e infra-estruturas;

II - o transporte fretado, principalmente de escolares;

III - o serviço de táxis e lotações, fixando a respectiva tarifa;

IV - o serviço de transporte de cargas dentro do seu território, dispondo especialmente sobre descarga e transbordo de cargas de peso e periculosidade consideráveis, fixando em lei as condições para circulação das mesmas nas vias urbanas.

## CAPÍTULO V DO MEIO AMBIENTE

Art. 180 - O Município, em cooperação com o Estado e a União, promoverá a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Art. 181 - O Município, mediante lei, organizará, assegurada a participação da sociedade, sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para coordenar, fiscalizar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, no que respeita a:

I - formulação de política municipal de proteção ao meio ambiente;

II - planejamento e zoneamento ambientais;

III - estabelecimento de normas, critérios e padrões para a administração da qualidade ambiental;

IV - conscientização e educação ambiental e divulgação obrigatória de todas as informações disponíveis sobre o controle do meio ambiente;

V - definição, implantação e controle de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a sua alteração e/ou supressão permitidos somente através de lei específica.

**Parágrafo único - O Executivo deverá apresentar e prestar contas anualmente à Câmara Municipal de São Paulo e à população projeto contendo metas sobre a preservação, defesa, recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente.  
(Acrescentado pela Emenda 13/92)**

Art. 182 - O Município coibirá qualquer tipo de atividade que implique em degradação ambiental e quaisquer outros prejuízos globais à vida, à qualidade de vida, ao meio ambiente:

I - controlando e fiscalizando a instalação, proteção, estocagem, transporte, comercialização e utilização de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco efetivo ou potencial à qualidade de vida e ao meio ambiente;

II - registrando, acompanhando e fiscalizando as concessões e direitos de pesquisa e exploração de recursos naturais, renováveis ou não, no território do Município;

III - realizando periodicamente auditorias nos sistemas de controle de poluição, de riscos de acidentes das instalações e atividades de significativo potencial de degradação ambiental.

**IV - apresentando Plano Diretor da limpeza urbana, mediante projeto de lei a ser aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo.  
(Acrescentado pela Emenda 12/91)**

**Parágrafo único - O Executivo publicará anualmente no Diário Oficial do Município, até 60 (sessenta) dias após cada exercício, as realizações levadas a efeito, contidas no Plano Diretor.  
(Acrescentado pela Emenda 12/91)**

Art. 183 - As pessoas jurídicas, públicas ou privadas, e as pessoas físicas são responsáveis, perante o Município, pelos danos causados ao meio ambiente, devendo o causador do dano promover a recuperação plena do meio ambiente degradado, sem prejuízo das demais responsabilidades decorrentes.

§ 1º - As condutas e atividades que degradem o meio ambiente sujeitarão os infratores, na forma da lei, a



sanções administrativas, incluída a redução do nível de atividade e interdição, cumulados com multas diárias e progressivas em caso de continuidade da infração ou reincidência.

§ 2º - É vedada a concessão de qualquer tipo de incentivo, isenção ou anistia a quem tenha infringido normas e padrões de proteção ambiental, durante os 24 (vinte e quatro) meses seguintes à data da constatação de cada infringência.

§ 3º - As medidas mitigadoras dos impactos negativos, temporários ou permanentes, aprovadas ou exigidas pelos órgãos competentes, serão relacionadas na licença municipal, sendo que a sua não implementação, sem prejuízo de outras sanções, implicará na suspensão da atividade ou obra.

Art. 184 - O Município fiscalizará em cooperação com o Estado e a União, a geração, o acondicionamento, o armazenamento, a utilização, a coleta, o trânsito, o tratamento e o destino final de material radioativo empregado em finalidades de cunho medicinal, de pesquisa e industrial no Município, bem como substâncias, produtos e resíduos em geral, prevenindo seus efeitos sobre a população.

**Art. 185 - Os Parques Municipais, o Parque do Povo, a Serra da Cantareira, o Pico do Jaraguá, a Mata do Carmo, as Represas Billings e Guarapiranga, a Área de Proteção Ambiental do Capivari-Monos, a Fazenda Santa Maria, outros mananciais, os rios Tietê e Pinheiros e suas margens, nos segmentos pertencentes a este Município, constituem espaços especialmente protegidos.  
(Alterado pela Emenda 24/01)**

Art. 186 - O Município deverá recuperar e promover o aumento de áreas públicas para implantação, preservação e ampliação de áreas verdes, inclusive arborização frutífera e fomentadora da avifauna.

Parágrafo único - O Município adotará, como critério permanente na elaboração de novos projetos viários e na reestruturação dos já existentes, a necessidade do plantio e a conservação de árvores.

Art. 187 - O Poder Público estimulará a criação e manutenção de unidades privadas de conservação do meio ambiente em território do Município, na forma da lei.

Art. 188 - O Município coibirá o tráfico de animais silvestres, exóticos e de seus subprodutos e sua manutenção em locais inadequados, bem como protegerá a fauna local e migratória do Município de São Paulo, nesta compreendidos todos os animais silvestres ou domésticos, nativos ou exóticos.

§ 1º - Ficam proibidos os eventos, espetáculos, atos públicos ou privados, que envolvam maus tratos e crueldade de animais, assim como as práticas que possam ameaçar de extinção, no âmbito deste Município, as espécies da fauna local e migratória.

§ 2º - O Poder Público Municipal, em colaboração com entidades especializadas, executará ações permanentes de proteção e controle da natalidade animal, com a finalidade de erradicar as zoonoses.

Art. 189 - O Município estimulará as associações e movimentos de proteção ao meio ambiente.

Parágrafo único - As entidades referidas neste artigo poderão, na forma da lei, solicitar aos órgãos municipais competentes a realização de testes ou o fornecimento de dados, desde que a solicitação esteja devidamente justificada.

Art. 190 - As normas de proteção ambiental estabelecida nesta Lei, bem como as dela decorrentes, aplicam-se ao ambiente natural, construído e do trabalho.

## CAPÍTULO VI DA CULTURA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Art. 191 - O Município de São Paulo garantirá a todos o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, observado o princípio da descentralização, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 192 - O Município adotará medidas de preservação das manifestações e dos bens de valor histórico, artístico e cultural, bem como das paisagens naturais e construídas, notáveis e dos sítios arqueológicos.

Parágrafo único - O disposto neste artigo abrange os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente, ou em conjunto, relacionados com a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos

formadores da sociedade, incluídos:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados à manifestações culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, científico, turístico e arquitetônico;

VI - as conformações geomorfológicas, os vestígios e estruturas de arqueologia histórica, a toponímia, os edifícios e conjuntos arquitetônicos, as áreas verdes e os ajardinamentos, os monumentos e as obras escultóricas, outros equipamentos e mobiliários urbanos detentores de referência histórico-cultural.

Art. 193 - O Poder Público Municipal promoverá através dos órgãos competentes:

I - a criação, manutenção, conservação e abertura de: sistemas de teatros, bibliotecas, arquivos, museus, casas de cultura, centros de documentação, centros técnico-científicos, centros comunitários de novas tecnologias de difusão e bancos de dados, como instituições básicas, detentoras da ação permanente, na integração da coletividade com os bens culturais;

II - a proteção das manifestações religiosas, das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e as de outros grupos participantes do processo de formação da cultura nacional;

III - a integração de programas culturais com os demais municípios;

IV - programas populares de acesso a espetáculos artísticos-culturais e acervos das bibliotecas, museus, arquivos e congêneres;

V - promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais que atuam na área de cultura;

VI - a participação e gestão da comunidade nas pesquisas, identificação, proteção e promoção do patrimônio histórico e no processo cultural do Município.

Art. 194 - O Poder Municipal providenciará, na forma da lei, a proteção do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arquitetônico, através de:

I - preservação dos bens imóveis, de valor histórico, sob a perspectiva de seu conjunto;

II - custódia dos documentos públicos;

III - sinalização das informações sobre a vida cultural e histórica da cidade;

IV - desapropriações;

V - identificação e inventário dos bens culturais e ambientais;

Parágrafo único - A lei disporá sobre sanções para os atos relativos à evasão, destruição e descaracterização de bens de interesses histórico, artístico, cultural, arquitetônico ou ambiental, exigindo a recuperação, restauração ou reposição do bem extraviado ou danificado.

Art. 195 - O Município estimulará, na forma da lei, os empreendimentos privados que se voltem à criação artística, à preservação e restauração do patrimônio cultural e histórico.

Art. 196 - O Município poderá conceder, na forma da lei, financiamento, incentivos e isenções fiscais aos proprietários de bens culturais e ambientais tombados ou sujeitos a outras formas legais de preservação que promovam o restauro e a conservação destes bens, de acordo com a orientação do órgão competente.

Parágrafo único - Aos proprietários de imóveis utilizados para objetivos culturais poderão ser concedidas isenções fiscais, enquanto mantiverem o exercício de suas finalidades.

Art. 197 - As obras públicas ou particulares que venham a ser realizadas nas áreas do centro histórico de São Paulo e em sítios arqueológicos, nas delimitações e localizações estabelecidas pelo Poder Público, serão obrigatoriamente submetidas ao acompanhamento e orientação de técnicos especializados do órgão competente.

Art. 198 - Os espaços culturais e os teatros municipais poderão ser cedidos às manifestações artísticas e culturais amadoras.

Art. 199 - A cessão de espaços culturais e teatros municipais a grupos profissionais se dará, na forma da lei, aos que estiverem legalmente regularizados, bem como o seu corpo de funcionários.

## **TÍTULO VI** **DA ATIVIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO**

### **CAPÍTULO I** **DA EDUCAÇÃO**

Art. 200 - A educação ministrada com base nos princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica, e inspirada nos sentimentos de igualdade, liberdade e solidariedade, será responsabilidade do Município de São Paulo, que a organizará como sistema destinado à universalização do ensino fundamental e da educação infantil.

§ 1º - O sistema municipal de ensino abrangerá os níveis fundamental e da educação infantil estabelecendo normas gerais de funcionamento para as escolas públicas municipais e particulares nestes níveis, no âmbito de sua competência.

§ 2º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação, órgão normativo e deliberativo, com estrutura colegiada, composto por representantes do Poder Público, trabalhadores da educação e da comunidade, segundo lei que definirá igualmente suas atribuições.

**§ 3º - O Plano Municipal de Educação previsto no art. 241 da Constituição Estadual será elaborado pelo Executivo em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, com consultas a: órgãos descentralizados de gestão do sistema municipal de ensino, comunidade educacional, organismos representativos de defesa de direitos de cidadania, em específico, da educação, de educadores e da criança e do adolescente e deverá considerar as necessidades das diferentes regiões do Município. (Alterado pela Emenda 24/01)**

**§ 4º - O Plano Municipal de Educação atenderá ao disposto na Lei Federal nº 9.394/96 e será complementado por um programa de educação inclusiva cujo custeio utilizará recursos que excedam ao mínimo estabelecido no artigo 212, § 4º, da Constituição Federal.**

**§ 5º - A lei definirá as ações que integrarão o programa de educação inclusiva referido no parágrafo anterior. (Acrescentados pela Emenda 24/01)**

Art. 201 - Na organização e manutenção do seu sistema de ensino, o Município atenderá ao disposto no art. 211 e parágrafos da Constituição da República e garantirá gratuidade e padrão de qualidade de ensino.

§ 1º - A educação infantil, integrada ao sistema de ensino, respeitará as características próprias dessa faixa etária, garantindo um processo contínuo de educação básica.

§ 2º - A orientação pedagógica da educação infantil assegurará o desenvolvimento psicomotor, sócio-cultural e as condições de garantir a alfabetização.

§ 3º - A carga horária mínima a ser oferecida no sistema municipal de ensino é de 4 (quatro) horas diárias em 5 (cinco) dias da semana.

§ 4º - O ensino fundamental, atendida a demanda, terá extensão de carga horária até se atingir a jornada de tempo integral, em caráter optativo pelos pais ou responsáveis, a ser alcançada pelo aumento progressivo da atualmente verificada na rede pública municipal.

§ 5º - O atendimento da higiene, saúde, proteção e assistência às crianças será garantido, assim como a

sua guarda durante o horário escolar.

§ 6º - É dever do Município, através da rede própria, com a cooperação do Estado, o provimento em todo o território municipal de vagas, em número suficiente para atender à demanda quantitativa e qualitativa do ensino fundamental obrigatório e progressivamente à da educação infantil.

§ 7º - O disposto no § 6º não acarretará a transferência automática dos alunos da rede estadual para a rede municipal.

§ 8º - Compete ao Município recensear os educandos do ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais e responsáveis, pela frequência à escola.

§ 9º - A atuação do Município dará prioridade ao ensino fundamental e de educação infantil.

Art. 202 - Fica o Município obrigado a definir a proposta educacional, respeitando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e legislação aplicável.

§ 1º - O Município responsabilizar-se-á pela integração dos recursos financeiros dos diversos programas em funcionamento e pela implantação da política educacional.

§ 2º - O Município responsabilizar-se-á pela definição de normas quanto à autorização de funcionamento, fiscalização, supervisão, direção, coordenação pedagógica, orientação educacional e assistência psicológica escolar, das instituições de educação integrantes do sistema de ensino no Município.

§ 3º - O Município deverá apresentar as metas anuais de sua rede escolar em relação à universalização do ensino fundamental e da educação infantil.

**Art. 203 - É dever do Município garantir:**

**I - educação igualitária, desenvolvendo o espírito crítico em relação a estereótipos sexuais, raciais e sociais das aulas, cursos, livros didáticos, manuais escolares e literatura;**

**II - educação infantil para o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social;**

**III - ensino fundamental gratuito a partir de 7 (sete) anos de idade, ou para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;**

**IV - educação inclusiva que garanta as pré-condições de aprendizagem e acesso aos serviços educacionais, a reinserção no processo de ensino de crianças e jovens em risco social, o analfabetismo digital, a educação profissionalizante e a provisão de condições para que o processo educativo utilize meios de difusão, educação e comunicação;**

**V - a matrícula no ensino fundamental, a partir dos 6 (seis) anos de idade, desde que plenamente atendida a demanda a partir de 7 (sete) anos de idade.**

**Parágrafo único - Para atendimento das metas de ensino fundamental e da educação infantil, o Município diligenciará para que seja estimulada a cooperação técnica e financeira com o Estado e a União, conforme estabelece o art. 30, inciso VI, da Constituição da República. (Alterado pela Emenda 24/01)**

Art. 204 - O Município garantirá a educação visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício consciente da cidadania e para o trabalho, sendo-lhe assegurado:

I - igualdade de condições de acesso e permanência;

II - o direito de organização e de representação estudantil no âmbito do Município, a ser definido no Regimento Comum das Escolas.

Parágrafo único - A lei definirá o percentual máximo de servidores da área de educação municipal que poderão ser comissionados em outros órgãos da administração pública.

Art. 205 - O Município proverá o ensino fundamental noturno, regular e adequado às condições de vida do

aluno que trabalha, inclusive para aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Art. 206 - O atendimento especializado aos portadores de deficiência, dar-se-á na rede regular de ensino e em escolas especiais públicas, sendo-lhes garantido o acesso a todos os benefícios conferidos à clientela do sistema municipal de ensino e provendo sua efetiva integração social.

§ 1º - O atendimento aos portadores de deficiência poderá ser efetuado suplementarmente mediante convênios e outras modalidades de colaboração com instituições sem fins lucrativos, sob supervisão dos órgãos públicos responsáveis, que objetivem a qualidade de ensino, a preparação para o trabalho e a plena integração da pessoa deficiente, nos termos da lei.

§ 2º - Deverão ser garantidas aos portadores de deficiência a eliminação de barreiras arquitetônicas dos edifícios escolares já existentes e a adoção de medidas semelhantes quando da construção de novos.

Art. 207 - O Município permitirá o uso pela comunidade do prédio escolar e de suas instalações, durante os fins de semana, férias escolares e feriados, na forma da lei.

§ 1º - É vedada a cessão de prédios escolares e suas instalações para funcionamento do ensino privado de qualquer natureza.

**§ 2º - Toda área contígua às unidades de ensino do Município, pertencente à Prefeitura do Município de São Paulo, será preservada para a construção de quadra poliesportiva, creche, centros de educação e cultura, bibliotecas e outros equipamentos sociais públicos, como postos de saúde. (Alterado pela Emenda 24/01)**

**Art. 208 - O Município aplicará, anualmente, no mínimo 31% (trinta e um por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva.**

**§ 1º - O Município desenvolverá planos e diligenciará para o recebimento e aplicação dos recursos adicionais, provenientes da contribuição social do salário-educação de que trata o art. 212, § 5º, da Constituição da República, assim como de outros recursos, conforme o art. 211, § 1º da Constituição da República.**

**§ 2º - A lei definirá as despesas que se caracterizam como de manutenção e desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, bem como da educação infantil e inclusiva.**

**§ 3º - A eventual assistência financeira do Município às instituições de ensino filantrópicas, comunitárias ou confessionais, não poderá incidir sobre a aplicação mínima prevista no "caput" deste artigo. (Alterado pela Emenda 24/01, que também revogou os §§ 4º e 5º)**

Art. 209 - O Município publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, informações completas sobre receitas arrecadadas, transferências e recursos recebidos e destinados à educação nesse período, bem como a prestação de contas das verbas utilizadas, discriminadas por programas.

Art. 210 - A lei do Estatuto do Magistério disciplinará as atividades dos profissionais do ensino.

Art. 211 - Nas unidades escolares do sistema municipal de ensino será assegurada a gestão democrática, na forma da lei.

## CAPÍTULO II DA SAÚDE

Art. 212 - A saúde é direito de todos, assegurado pelo Poder Público.

Art. 213 - O Município, com participação da comunidade, garantirá o direito à saúde, mediante:

I - políticas que visem ao bem estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, a redução e a busca da eliminação do risco de doenças e outros agravos, abrangendo o ambiente natural, os locais públicos e de trabalho;

II - acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, em todos os níveis de complexidade;

III - atendimento integral do indivíduo, abrangendo a promoção, preservação e recuperação da saúde.

Art. 214 - O conjunto de ações e serviços de saúde de abrangência municipal, integram a rede regionalizada e hierarquizada do sistema único de saúde, nos termos do disposto no art. 198 da Constituição da República.

§ 1º - A direção do sistema único de saúde será exercida no âmbito do Município pelo órgão municipal competente.

§ 2º - O sistema único de saúde, no âmbito do Município, será financiado com recursos do Município, do Estado, da União, da seguridade social e de outras fontes que constituem um fundo específico regulado por lei municipal.

§ 3º - É vedada a destinação de recursos públicos municipais para auxílio, incentivos fiscais ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 4º - É vedada a nomeação ou designação, para cargo ou função de chefia ou assessoramento na área de saúde, em qualquer nível, da pessoa que participe na direção, gerência ou administração de entidade ou instituição que mantenha contrato com o sistema único de saúde ou seja por ele creditada.

§ 5º - Para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situação de perigo iminente, de calamidade pública ou de ocorrência de epidemias, o Poder Público poderá requisitar bens e serviços, de pessoas naturais e jurídicas, sendo-lhes asseguradas justa indenização.

Art. 215 - As ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Município dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle.

§ 1º - As ações e serviços de saúde serão executadas preferencialmente de forma direta pelo poder público e supletivamente através de terceiros, assegurando o estabelecido no art. 199, da Constituição da República.

§ 2º - É vedado cobrar do usuário pela prestação das ações e dos serviços no âmbito do sistema único de saúde.

§ 3º - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, vedada a participação direta e indireta de empresas ou capitais estrangeiros, nos termos do artigo 199 da Constituição da República.

§ 4º - As instituições privadas, ao participarem do sistema único de saúde, ficam sujeitas às suas diretrizes gerais.

Art. 216 - Compete ao Município, através do sistema único de saúde, nos termos da lei, além de outras atribuições:

I - a assistência integral à saúde, utilizando-se do método epidemiológico para o estabelecimento de prioridades, instituição de distritos sanitários, alocação de recursos e orientação programática;

II - a identificação e o controle dos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, mediante especialmente ações referentes à vigilância sanitária e epidemiológica, saúde do trabalhador, do idoso, da mulher, da criança e do adolescente, dos portadores de deficiências, saúde mental, odontológica e zoonoses;

III - permitir aos usuários o acesso às informações de interesse da saúde, e divulgar, obrigatoriamente, qualquer dado que coloque em risco a saúde individual ou coletiva;

IV - participar da fiscalização e inspeção de alimentos, compreendido inclusive o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e água para o consumo humano;

V - participar da fiscalização e controle da produção, armazenamento, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e teratogênicos, bem como de outros medicamentos, equipamentos imunobiológicos, hemoderivados e insumos;

VI - assegurar à mulher a assistência integral à saúde, pré-natal, no parto e pós-parto, bem como nos

termos da lei federal, o direito de evitar e interromper a gravidez, sem prejuízo para a saúde, garantindo o atendimento na rede pública municipal de saúde;

VII - resguardar o direito à auto-regulação da fertilidade com livre decisão do homem, da mulher ou do casal, tanto para exercer a procriação como para evitá-la, provendo meios educacionais, científicos e assistenciais para assegurá-lo, vedada qualquer forma coercitiva ou de indução por parte de instituições públicas ou privadas;

VIII - participar, no âmbito de sua atuação, do Sistema Nacional de Sangue, componentes e derivados;

IX - fomentar, coordenar e executar programas de atendimento emergencial;

X - criar e manter serviços e programas de prevenção e orientação contra entorpecentes, alcoolismo e drogas afins;

XI - coordenar os serviços de saúde mental abrangidos pelo sistema único de saúde, desenvolvendo inclusive ações preventivas e extra-hospitalares e implantando emergências psiquiátricas, responsáveis pelas internações psiquiátricas, junto às emergências gerais do Município;

XII - fiscalizar e garantir o respeito aos direitos de cidadania do doente mental, bem como vedar o uso de celas-fortes e outros procedimentos violentos e desumanos, proibindo internações compulsórias, exceto aquelas previstas em lei;

XIII - facilitar, nos termos da lei, a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante.

Parágrafo único - O serviço de atendimento médico do Município poderá oferecer ao usuário, quando possível, formas de tratamento de assistência alternativa, reconhecidas.

Art. 217 - O sistema único de saúde do Município de São Paulo promoverá, na forma da lei, a Conferência Anual de Saúde e audiências públicas periódicas, como mecanismos de controle social de sua gestão.

Art. 218 - Fica criado o Conselho Municipal de Saúde, órgão normativo e deliberativo, com estrutura colegiada, composto por representantes do Poder Público, trabalhadores da saúde e usuários que, dentre outras atribuições deverá promover os mecanismos necessários à implementação da política de saúde nas unidades prestadoras de assistência, na forma da lei.

### CAPÍTULO III DA SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 219 - O Município, coordenando sua ação com a União, o Estado e as entidades representativas dos trabalhadores, desenvolverá ações visando à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, através de:

I - controle das condições de segurança, redução e eliminação das nocividades do trabalho, promovendo condições dignas e seguras de trabalho;

II - vigilância sanitária e epidemiológica;

III - assistência às vítimas de acidentes do trabalho e portadores de doenças profissionais e do trabalho.

§ 1º - É garantido aos trabalhadores o direito de acompanhar, através de suas representações sindicais e de locais de trabalho, as ações de controle e avaliação dos ambientes e das condições de segurança de trabalho.

§ 2º - Em condições de risco grave ou iminente no local de trabalho, será lícito ao empregado interromper suas atividades, sem prejuízo de quaisquer direitos, até eliminação do risco.

§ 3º - As licenças para construir, os autos de conclusão e as licenças para instalação e funcionamento somente serão expedidos mediante prévia comprovação de que foram atendidas as exigências legais específicas, a cada caso, relativas à segurança, integridade e saúde dos trabalhadores e usuários.

§ 4º - O auto de vistoria de segurança deverá ser renovado periodicamente, para verificação de obediência

ao disposto no paragrafo anterior.

Art. 220 - O Município assegurará a participação de representantes dos trabalhadores nas decisões em todos os níveis em que a segurança do trabalho e a saúde do trabalhador sejam objeto de discussão e deliberação.

#### **CAPÍTULO IV DA PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Art. 221 - A assistência social, política de seguridade social, que afiança proteção social como direito de cidadania de acordo com os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, regulamentados pela Lei Federal 8.742/93, deve ser garantida pelo município cabendo-lhe:**

**I - estabelecer a assistência social no município como política de direitos de proteção social a ser gerida e operada através de: comando único com ação descentralizada nas regiões administrativas do município; reconhecimento do Conselho Municipal da Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social dentre outras formas participativas; subordinação a Plano Municipal de Assistência Social aprovado pelo Conselho Municipal; integração e adequação das ações estaduais e federais no campo da assistência social no âmbito da cidade; articulação intersetorial com as demais políticas sociais, urbanas, culturais e de desenvolvimento econômico do município; manutenção da primazia da responsabilidade pública face às organizações sem fins lucrativos;**

**II - garantir políticas de proteção social não contributivas através de benefícios, serviços, programas e projetos que assegurem a todos os cidadãos mínimos de cidadania, além dos obtidos pela via do trabalho, mantendo sistema de vigilância das exclusões sociais e dos riscos sociais de pessoas e segmentos fragilizados e sem acesso a bens e serviços produzidos pela sociedade;**

**III - regulamentar e prover recursos para manter o sistema não contributivo de transferência de renda através de benefícios a quem dele necessitar, tais como:**

- a) para complementação de renda pessoal e familiar;**
- b) apoio à família com crianças e adolescentes em risco pessoal e social;**
- c) complementação a programas e projetos sociais dirigidos a adolescentes, jovens, desempregados, população em situação de abandono e desabrigo;**
- d) benefícios em caráter eventual para situações de emergência como: decorrentes de calamidades públicas, morte familiar (auxílio-funeral) e necessidades circunstanciais consideradas de risco pessoal e social;**
- e) auxílio-natalidade para famílias mono e multinucleares em situação de risco;**

**IV - manter diretamente ou através de relação conveniada de parceria rede qualificada de serviços sócio-assistenciais para acolhida, convívio e desenvolvimento de capacidades de autonomia aos diversos segmentos sociais, atendendo o direito à equidade e ao acesso em igualdade às políticas e serviços municipais;**

**V - manter programas e projetos integrados e complementares a outras áreas de ação municipal para qualificar e incentivar processos de inclusão social;**

**VI - estabelecer relação conveniada, transparente e participativa com organizações sem fins lucrativos, assegurando padrão de qualidade no atendimento e garantia do caráter público na ação;**

**VII - manter sistema de informações da política de assistência social da cidade, publicizando e subsidiando a ação do Conselho Municipal, as Conferências Municipais, a rede sócio-assistencial. Compor tal sistema com: indicadores sobre a realidade social da cidade, índices de desigualdade, risco, vulnerabilidade e exclusão social; avaliação da efetividade e eficácia da ação desenvolvida; cadastro informatizado da rede sócio-assistencial da cidade com acesso pela rede mundial de computadores.**

**(Alterado pela Emenda 24/01)**

Art. 222 - O Município poderá prestar, de forma subsidiária e conforme previsto em lei, assistência jurídica à população de baixa renda, podendo celebrar convênios com essa finalidade.

Art. 223 - O Município garantira à população de baixa renda, na forma da lei, a gratuidade do sepultamento e dos meios e procedimentos a ele necessários.



Art. 224 - O Município, de forma coordenada com o Estado, procurará desenvolver programas de combate e prevenção à violência contra a mulher buscando garantir:

I - assistência social, médica, psicológica e jurídica às mulheres vítimas de violência;

II - a criação e manutenção de abrigos para as mulheres e crianças vítimas de violência doméstica;

Art. 225 - O Município procurará assegurar a integração dos idosos na comunidade, defendendo sua dignidade e seu bem-estar, na forma da lei, especialmente quanto:

I - ao acesso a todos os equipamentos, serviços e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos, bem como a reserva de áreas em conjuntos habitacionais destinados à convivência e lazer;

II - a assistência médica geral e geriátrica;

III - a gratuidade do transporte coletivo urbano, para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, e aposentados de baixa renda, vedada a criação de qualquer tipo de dificuldade ou embaraço ao beneficiário;

IV - a criação de núcleos de convivência para idosos;

V - o atendimento e orientação jurídica, no que se refere a seus direitos.

Art. 226 - O Município buscará garantir a pessoa portadora de deficiência sua inserção na vida social e econômica, através de programas que visem o desenvolvimento de suas potencialidades, em especial:

I - a assistência, desde o nascimento, através da estimulação precoce, da educação gratuita e especializada, inclusive profissionalizante, sem limite de idade;

II - o acesso a equipamentos, serviços e programas culturais, educacionais, esportivos e recreativos;

III - a assistência médica especializada, bem como o direito à prevenção, habilitação e reabilitação, através de métodos e equipamentos necessários;

IV - a formação de recursos humanos especializados no tratamento e assistência dos portadores de deficiência;

V - o direito à informação e à comunicação, considerando-se as adaptações necessárias.

Art. 227 - O Município deverá garantir aos idosos e pessoas portadoras de deficiências o acesso a logradouros e a edifícios públicos e particulares de frequência aberta ao público, com a eliminação de barreiras arquitetônicas, garantindo-lhes a livre circulação, bem como a adoção de medidas semelhantes, quando da aprovação de novas plantas de construção, e a adaptação ou eliminação dessas barreiras em veículos coletivos.

Art. 228 - O Município poderá conceder, na forma da lei, incentivos às empresas que adaptarem seus equipamentos para trabalhadores portadores de deficiência.

Art. 229 - O Município estimulará, apoiará, e, no que couber, fiscalizará as entidades e associações comunitárias que mantenham programas dedicados às crianças, aos adolescentes, aos idosos e aos portadores de deficiência.

## CAPÍTULO V DO ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

Art. 230 - É dever do Município apoiar e incentivar, com base nos fundamentos da educação física, o esporte, a recreação, o lazer, a expressão corporal, como formas de educação e promoção social e como prática sócio-cultural e de preservação da saúde física e mental do cidadão.

Art. 231 - As unidades esportivas do Município deverão estar voltadas ao atendimento esportivo, cultural, da recreação e do lazer da população, destinando atendimento específico às crianças, aos adolescentes, aos idosos e aos portadores de deficiência.

Art. 232 - O Município, na forma da lei, promoverá programas esportivos destinados aos portadores de deficiência, cedendo equipamentos fixos em horários que lhes permitam vencer as dificuldades do meio, principalmente nas unidades esportivas, conforme critérios definidos em lei.

Art. 233 - O Município destinará recursos orçamentários para incentivar:

I - o esporte formação, o esporte participação, o lazer comunitário, e, na forma da lei, o esporte de alto rendimento;

II - a prática da educação física como premissa educacional;

III - a criação e manutenção de espaços próprios e equipamentos condizentes às práticas esportivas, recreativas e de lazer da população;

IV - a adequação dos locais já existentes e previsão de medidas necessárias quando da construção de novos espaços, tendo em vista a prática dos esportes, da recreação e do lazer por parte dos portadores de deficiência, idosos e gestantes, de maneira integrada aos demais cidadãos.

Art. 234 - O Executivo, através do órgão competente, elaborará, divulgará e desenvolverá, até o mês de fevereiro de cada ano, programa técnico-pedagógico e calendário de eventos de atividades esportivas competitivas, recreativas e de lazer do órgão e de suas unidades educacionais.

Art. 235 - O Poder Municipal, objetivando a integração social, manterá e regulamentará, na forma da lei, a existência dos clubes desportivos municipais, com a finalidade primordial de promover o desenvolvimento das atividades comunitárias no campo desportivo, da recreação e do lazer, em áreas de propriedade municipal.

Parágrafo único - Para fazer jus a quaisquer benefícios do Poder Público, bem como aos incentivos fiscais da legislação pertinente, os clubes desportivos municipais deverão observar condições a serem estabelecidas por lei.

Art. 236 - Lei definirá a preservação, utilização pela comunidade e os critérios de mudança de destinação de áreas municipais ocupadas por equipamentos esportivos de recreação e lazer, bem como a criação de novas.

## **CAPÍTULO VI DA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Art. 237 - É dever do Município de São Paulo apoiar e incentivar a defesa e a promoção dos Direitos Humanos, na forma das normas constitucionais, tratados e convenções internacionais.**

**Art. 238 - Fica criada a Comissão Municipal de Direitos Humanos, órgão normativo, deliberativo e fiscalizador, com estrutura colegiada, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, que deverá definir, apoiar e promover os mecanismos necessários à implementação da política de direitos humanos na cidade de São Paulo, segundo lei que definirá suas atribuições e composição.**

**(Capítulo VI e artigos 237 e 238 acrescentados pela Emenda 21/01)**

## **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 1º - O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir esta Lei, no ato e data de sua promulgação.

Art. 2º - Nos 10 (dez) primeiros anos da promulgação desta Lei Orgânica, o Poder Executivo Municipal desenvolverá esforços com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos a que se refere o art. 208 desta Lei Orgânica, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino municipal.

Art. 3º - O cadastro de terras públicas municipais deverá ser atualizado e publicado a cada ano, a contar da data da promulgação desta Lei Orgânica.

Art. 4º - O Poder Executivo fará um levantamento das concessões administrativas e permissões de uso de imóveis públicos municipais em vigência, até a data da promulgação desta Lei.

Parágrafo único - O referido levantamento deverá ser concluído no prazo máximo de 12 (doze) meses após a promulgação da Lei Orgânica.

Art. 5º - O Executivo disporá de um prazo máximo de 10 (dez) meses para submeter ao Legislativo um novo Plano Diretor do Município.

Art. 6º - A Câmara Municipal criará no prazo de 15 (quinze) dias da data da promulgação desta Lei, uma Comissão Especial para proceder a revisão do seu Regimento Interno, observando, na composição da Comissão, a proporcionalidade de representação partidária.

Art. 7º - O Poder Municipal procederá a revisão e consolidação da legislação existente e à elaboração de novos diplomas legais decorrentes desta Lei Orgânica no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua promulgação.

§ 1º - Serão criadas Comissões Especiais para as finalidades previstas no "caput", deste artigo, no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º - No desenvolvimento de seus trabalhos as Comissões realizarão audiências públicas.

Art. 8º - O mandato da Mesa da Câmara Municipal, previsto no art. 26 desta Lei, passará a vigir para a sessão legislativa a se iniciar em 1º de janeiro de 1991.

Art. 9º - O Município deverá promover a implantação gradativa da jornada de 2 (dois) turnos nas Escolas Municipais, priorizando inicialmente setores da população de baixa renda.

Art. 10 - A composição da Câmara Municipal prevista no art. 12 desta Lei vigorará para a legislatura a se iniciar em 1º de janeiro de 1993.

Art. 11 - As empresas já instaladas no Município e que desenvolvem atividades de grande impacto ambiental terão que apresentar no prazo de 6 (seis) meses a partir da promulgação desta Lei, plano de recuperação do meio ambiente degradado, ficando sujeitas às sanções estabelecidas em lei.

Art. 12 - A revisão da presente Lei sera feita 3 (três) meses após o término da revisão da Constituição da República prevista no art. 3º das suas Disposições Transitórias.

Art. 13 - O percentual da receita resultante de impostos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino será elevado anualmente de forma gradual, a partir do limite mínimo fixado para o Município no art. 212 da Constituição da República, até atingir, no prazo de 3 (três) anos, o estabelecido no art. 208 desta Lei.

Art. 14 - O Município procurará celebrar convênio com o Estado objetivando criar a Assessoria de Assistências Militares junto ao Prefeito e à Presidência da Câmara Municipal.

Art. 15 - O Município organizará um sistema integrado de defesa civil para prestar socorro e assistência à população na iminência, ou após ocorrência de eventos desastrosos, no atendimento das necessidades materiais imediatas da população, bem como para atuar na recuperação de áreas atingidas pelos mesmos, definindo em lei a sua organização, formas de mobilização, competência e atribuições.

**Art. 15-A - O Município organizará um Sistema Integrado de Segurança Urbana para prestar pronto atendimento, primário e preventivo à população.**

**Parágrafo único - O órgão básico de execução do Sistema será a Guarda Civil, definindo o Município através de lei, a organização, competência e atribuições do Sistema.  
(Acrescentado pela Emenda 23/01)**

Art. 16 - A municipalidade promoverá convênios com o Governo do Estado de São Paulo no sentido de fiscalizar produtos e serviços ligados à vigilância sanitária, controle de qualidade e prevenção de danos ao consumidor conforme disposto no art. 165 desta Lei.

Art. 17 - O Município manterá caráter educativo, artístico, informativo e cultural, serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, em regime fundacional, que venha a ser concedida ao Município pela União, com a participação do poder público e da sociedade em sua gestão e controle, na forma da lei.

Art. 18 - A criação de novos leitos psiquiátricos dar-se-á preferencialmente, na rede pública de serviços, através da implementação de unidades psiquiátricas de pequeno porte em hospitais gerais, substituindo-se gradativamente os manicômios por uma rede de atendimento à saúde mental.

Art. 19 - Aos Procuradores do Instituto de Previdência Municipal, desde que com ingresso mediante concurso público, ficam assegurados os mesmos direitos e deveres, garantias e prerrogativas, proibições e impedimentos, atividade correcional, vencimentos e disposições atinentes à carreira de Procurador do Município.

Art. 20 - A lei que declarar a extinção do cargo de carreira estabelecerá concomitantemente correlação com cargo equivalente para efeito de estipulação dos vencimentos e demais vantagens do servidor em disponibilidade.

Parágrafo único - Aplica-se a este artigo o disposto no art. 40, § 4º, da Constituição da República.

Art. 21 - As 3 (três) primeiras vagas que vierem a ocorrer no Tribunal de Contas do Município a partir da promulgação da presente Lei Orgânica serão preenchidas por indicação da Câmara Municipal.

Art. 22 - O disposto no art. 97 não terá efeito retroativo para os fins de pagamento da sexta parte, relativamente aos períodos excedentes de 20 (vinte) anos de efetivo exercício, já completados por aqueles que tenham ou venham a ter assegurado o direito à sua percepção.

São Paulo, 4 de abril de 1990.

Gilberto Nascimento - Presidente  
Walter Abrahão - Vice-Presidente  
Devanir Ribeiro - Secretário  
Arnaldo de Abreu Madeira - Relator  
Francisco Whitaker Ferreira - Relator  
Luiz Carlos Moura - Relator  
Adriano Diogo  
Albertino Alves Nobre  
Aldo Rebelo  
Alex Freua Netto  
Almir Guimarães de Oliveira  
Antônio Carlos Caruso  
Antonio José da Silva Filho - Biro-Biro  
Antonio Nogueira Sampaio  
Arselino Tatto  
Aurelino Soares de Andrade  
Bruno Feder  
Éder Jofre  
Eduardo Matarazzo Suplicy  
Fausto Tomaz de Lima  
Gabriel Martins Ortega  
Geraldo Blota  
Henrique Pacheco  
Irede Cardoso  
Ítalo Cardoso de Araujo  
Jamil Achôa  
João Aparecido de Paula  
João Brasil Vita  
Jooji Hato  
José Guilherme Gianetti  
José Índio Ferreira do Nascimento  
José Luiz Bellegarde de Andrade Figueira  
José Viviani Ferraz  
Jucelino Silva Neto  
Júlio Cesar Caligiuri Filho  
Lídia Correa da Silva  
Marcos Mendonça  
Mário Masanobu Noda

Maurício Faria  
Nelson Guerra  
Oswaldo Giannotti  
Oswaldo Sanches  
Paulo Kobayashi  
Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari  
Roberto Trípoli  
Robson Tuma  
Tereza Cristina de Souza Lajolo  
Tita Dias  
Ushitaro Kamia  
Valfredo Ferreira Silva  
Walter Feldman  
Abel Ferreira Castilho  
Alfredo Martins  
Armelindo Passoni  
Avanir Duran Galhardo  
Francisco dos Santos Batista Filho  
Gilson Barreto  
Marcos Kertzmann  
Mauro Ailton Puerro  
Naylor Teles de Oliveira  
Terezinha Martins  
Vital Nolasco  
Vereadores em exercício de cargo de Secretário Municipal:  
João Carlos Alves  
Juarez Soares  
"In Memoriam"  
Francisco Altino Lima

OBSERVAÇÃO: O presente texto incorpora as modificações introduzidas pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/90, aprovada em Sessão da Câmara Municipal de 05/04/90.

## **ÍNDICE TEMÁTICO E REMISSIVO**

### **A**

ABORTO  
art. 216, VI

ACUMULAÇÃO DE FUNÇÃO  
- vedação  
art. 6º, parágrafo único

Adicional  
ver SERVIDOR PÚBLICO  
- vantagens

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL  
art. 80  
art. 88  
- certidão de atos, contratos, decisões: obrigação de fornecer  
art. 120  
- competência  
art. 83  
art.172  
- composição  
art. 80, I, II  
- diretrizes e princípios  
art. 81, caput  
- exercício  
art. 69, II

art. 77  
- organização  
art. 83  
- planos: vinculação de atos dos órgãos e entidades  
art. 145  
- prestação de esclarecimentos  
art. 82, caput  
- prestação de esclarecimentos: prazo  
art. 82, §§ 1º, 2º  
- prestação de esclarecimentos: prazo esgotado: recurso e sanções penais  
art. 82, § 2º  
- publicidade governamental: caráter educativo  
art. 85  
- publicidade governamental: promoção pessoal ou partidária: proibição  
art. 85  
- servidores: participação em órgãos diretivos  
art. 83, I  
- servidores: publicação de relação de remuneração e cargos  
art. 121  
- servidores: valorização  
art. 89  
art. 90

ver também  
MUNICÍPIO

#### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA

art. 80, I  
- comissão de representantes  
art. 83, IV  
- Órgãos  
art. 80, I

#### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL INDIRETA

art. 80, II  
- cargo de confiança  
art. 83, III  
- comissão de representantes  
art. 83, II  
- entidades  
art. 80, II  
- órgão de direção: colegiado  
art. 83, II

ver também

AUTARQUIA MUNICIPAL

EMPRESA COM PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO

EMPRESA PÚBLICA

ENTIDADE PÚBLICA

FUNDAÇÃO INSTITUÍDA OU MANTIDA PELO PODER MUNICIPAL

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

#### ALIMENTOS

- abastecimento  
art. 166

#### ANALFABETISMO

- erradicação  
art. 2º D.T

#### ANIMAIS

- maus tratos: proibição  
art. 188, § 1º

## ARBORIZAÇÃO

art. 186

ver também

## MEIO AMBIENTE

- preservação

## ÁREAS VERDES

- implantação, ampliação e preservação

art. 186

ver também

## MEIO AMBIENTE

- preservação

Assentamento da população

ver POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

- assentamento

Assistência à criança

ver CRIANÇA

## ASSISTÊNCIA AO ESCOLAR

art. 201, § 5º

art. 208, § 3º

## ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

- segurado: participação na gestão

art. 102

## ASSISTÊNCIA MILITAR

- assessoria

art. 14 D.T.

## ASSISTÊNCIA À MULHER

art. 224, I

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

art. 221

## ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS

- participação no processo de planejamento municipal

art. 9º, I

## ATIVIDADES ECONÔMICAS

- impacto ambiental

art. 160, § 2º

## ATO LEGAL

- publicação

art. 115

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

art. 9º, III

art. 32, § 3º

art. 41

art. 159, § 2º

art. 217

art. 7º, § 2º D.T.

## AUTARQUIA MUNICIPAL

- criação

art. 80, parágrafo único  
art. 86, caput  
- criação de subsidiárias: autorização legislativa  
art. 86, parágrafo único  
- participação em empresas privadas: autorização legislativa  
art. 86, parágrafo único  
- transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização, extinção  
art. 86, caput  
- tributos: limitação ao poder de legislar  
art. 131, §§ 1º, 2º  
- vinculação  
art. 80, parágrafo único

ver também

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL INDIRETA

## **B**

Bandeira

ver SÍMBOLOS MUNICIPAIS

### **BENS MUNICIPAIS**

art. 110

art. 114

- administração

art. 111

- alienação

art. 112, § 3º

- alienação: critérios

art. 112, I, a, b, c

- alienação: licitação

art. 112, § 4º

- alienação: normas para avaliação

art. 112, I, II

- aquisição

art. 113

- autorização de uso

art. 114, § 5º

- cadastro

art. 3º, D.T.

- concessão e permissão de uso

art. 40, § 3º XIX

art. 112, § 1º

art. 114, caput, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 7º, 8º

- concessão e permissão de uso: levantamento

art. 4º, parágrafo único D.T.

- concessão e permissão de uso: relatório do Prefeito

art. 114, § 6º

- concessão de uso: dispensa de concorrência

art. 112, § 2º

art. 114, § 2º

- denominação

art. 13, XVII

- não utilizados

art. 158

- regulamentação de uso

art. 110, § 2º

art. 114

- terras devolutas

art. 110, § 1º

### **BENS E SERVIÇOS**



- requisição: atendimento da coletividade  
art. 214, § 5º

Brasão  
ver SÍMBOLOS MUNICIPAIS

## C

### CALAMIDADE PÚBLICA

- atendimento urgente  
art. 214, § 5º

### CÂMARA MUNICIPAL

- acesso às informações processadas por Órgãos da administração Direta e

Indireta do Município

art. 53, § 1º

- autorização para paralisação de obras

art. 127

- bens municipais: concessão de uso

art. 40, § 3º, XIX

- comissão especial para revisão do Regimento

art. 6º, D.T

- Comissão Permanente de Finanças e Orçamento: competência

art. 138, §§ 1º, 2º

- comissões: competência

art. 32, § 2º

- comissões: criação, organização e funcionamento

art. 14, XXI

- comissões: deliberações

art. 35

- comissões: prestação de esclarecimentos

art. 82, caput

- comissões: representação proporcional dos partidos

art. 32, § 1º

- Comissões Parlamentares de Inquérito

art. 33

- Comissões Parlamentares de Inquérito: competência

art. 33, caput, § 1º, I,II

-Comissões Parlamentares de Inquérito: criação

art. 14, VIII

- comissões permanentes

art. 32, caput, § 3º

art. 41

-comissões temporárias

art. 32, caput

- competência

art. 13

art. 14

art. 18, § 4º

art. 37, § 1º

art. 70, parágrafo único

art. 86

art. 111

- competência legislativa

art. 14, XIII

- competência privativa

art. 14

- composição

art. 12

art. 10 D.T.

- Conselheiro do Tribunal de Contas do Município: escolha

art. 50, II, § 1º  
art. 21 D.T.  
- conselhos: criação, organização e funcionamento  
art. 14, XXI  
- convocação extraordinária  
art. 31  
art. 69, VI  
- deliberações  
art. 35  
- fiscalização dos atos internos do Tribunal de Contas do Município  
art. 51  
- fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município  
art. 14, XVIII  
art. 47, caput  
art. 48  
art. 51  
- fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo  
art. 14, XV  
- iniciativa das leis  
art. 37, caput, § 1º  
- irregularidades: denúncia  
art. 11  
- legislatura  
art. 15, caput  
- maioria  
art. 40, § 1º  
- maioria absoluta  
art. 40, caput, § 3º  
- Mesa: competência  
art. 27  
- Mesa: destituição  
art. 26, parágrafo único  
- Mesa: eleição  
art. 14, I  
art. 24  
art. 25  
- Mesa: mandato  
art. 8º D.T.  
- Mesa: mandato: duração  
art. 26, caput  
- Mesa: membros  
art. 25, parágrafo único  
- Mesa: presidência  
art. 24  
- Mesa: prestação de contas  
art. 48, I  
- Mesa: prestação de esclarecimentos  
art. 82, caput  
- Mesa: reeleição  
art. 26, caput  
- ordem do dia  
art. 40, caput  
- Presidente: exercício da Prefeitura  
art. 63  
- prestação de esclarecimentos  
art. 52, caput, § 1º  
art. 82, caput  
- processo legislativo  
art. 34  
- publicidade: relatório dos gastos governamentais  
art. 118, caput  
- recesso parlamentar  
art. 29, caput

art. 31  
- Regimento Interno: elaboração  
art. 14, II  
- Regimento Interno: projeto de lei, aprovação e alteração  
art. 40, § 2º  
- secretário municipal: censura ao desempenho da função  
art. 40, § 5º, V  
- serviços: organização e funcionamento  
art. 14, III  
- servidor: cargo: criação, transformação ou extinção  
art. 14, III  
- servidor: remuneração: fixação  
art. 14, III  
- sessão extraordinária  
art. 29, §§ 2º, 3º, 4º  
art. 31  
- sessão de instalação  
art. 15, caput  
- sessão ordinária  
art. 29, caput, § 2º  
- sessão pública  
art. 30  
- sessão solene  
art. 29, §§ 2º, 4º  
- sessão solene de instalação  
art. 58, caput  
- subprefeito: censura ao desempenho da função  
art. 40, § 5º, V  
- sustação de despesa  
art. 52, § 2º

ver também

PODER LEGISLATIVO

Cargo em Comissão

ver SERVIDOR PÚBLICO

- cargo em comissão

Cargo de Confiança

ver SERVIDOR PÚBLICO

- cargo de confiança

Cargo Público

ver SERVIDOR PÚBLICO

- cargo

CARTEIRA PREVIDENCIÁRIA

- proibição

art. 105, caput

CEMITÉRIOS

art. 125, I

CÓDIGO DE ÉTICA DOS VEREADORES

art.19

Colegiado

ver ÓRGÃO COLEGIADO

Colegiado de Procuradores

ver PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- órgão colegiado

#### COMISSÃO INTERNA

- prevenção de acidentes e controle ambiental

art. 83, VI

- prevenção de acidentes e controle ambiental: proibição de remuneração

art. 83, § 1º

#### COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS

- art. 238

#### COMISSÃO DE REPRESENTANTES

- Administração Municipal Direta e Fundacional

art. 83, IV

- Administração Municipal Indireta

art. 83, II

- remuneração: proibição

art. 83, § 1º

#### COMPETÊNCIA

- Administração Municipal

art. 83

art. 172

- Câmara Municipal

art. 13

art. 14

art. 37, § 1º

art. 70, parágrafo único

art. 86

art. 111

- Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal

art. 138, §§ 1º, 2º

- comissões da Câmara Municipal

art. 32, § 2º

- Comissões Parlamentares de Inquérito da Câmara Municipal

art. 33, caput, § 1º, I,II

- Conselho de representantes

art. 55

Mesa da Câmara Municipal

art. 27

- Município

art. 7º

art. 81, parágrafo único

art. 89

art. 102, caput

art. 123, caput

art. 130, I a IV, §§ 3º, 4º

art. 133, I a IV

art. 146, caput

art. 149

art. 165

art. 167, I a V

art. 178, caput

art. 179

art. 200, caput

art. 201, §§ 6º, 8º

art. 203, I a III

art. 208, caput

art. 216, caput

art. 221, caput

art. 230

- Poder Executivo

art. 166

art. 4º D.T.

art. 5º D.T.

- Poder Municipal
  - art. 7º
  - art. 151, § 1º, III
  - art. 153, caput
  - art. 160, caput
  - art. 162
  - art. 168, caput
  - art. 177, § 1º
  - art. 187
  - art. 188, § 2º
  - art. 193
  - art. 194, caput, I a V
  - art. 197
  - art. 2º D.T.
- Prefeito
  - art. 69
  - art. 70
  - art. 111
- Procuradoria Geral do Município
  - art. 87
- Subprefeito
  - art. 78
- Tribunal de Contas do Município
  - art. 48, I a XII

#### COMPRAS PÚBLICAS

- licitação
  - art. 129, caput
- publicação
  - art. 116

Concessionária de Transporte Coletivo  
ver TRANSPORTE COLETIVO URBANO

- operador direto

#### CONCURSO PÚBLICO

- cargo ou emprego público: acesso e investidura
  - art. 83, VII
- limite de idade: vedação
  - art. 106
- realização: entidades dissociadas da administração
  - art. 107

#### CONFERÊNCIA ANUAL DE SAÚDE

- art. 217

Conjunto habitacional de interesse social  
ver MORADIA POPULAR

#### CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- art. 221, I e VII

#### CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- criação
  - art. 200, § 2º

#### CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

- criação
  - art. 218

#### CONSELHO DE REPRESENTANTES

- art. 54
- art. 55

- competência  
art. 55
- membros  
art. 54
- participação nas decisões governamentais  
art. 8º
- participação no processo de planejamento municipal  
art. 9º, I

#### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL art. 147

- #### CONTRATOS
- sustação  
art. 48, § 1º

- #### CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
- art. 130, III
  - art. 154, caput

ver também  
TRIBUTOS

- #### CONTRIBUIÇÃO DE SISTEMA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
- art. 130, IV

ver também  
TRIBUTOS

- #### CONVÊNIOS
- Governo do Estado  
art. 16 D.T.

Cortiço  
ver MORADIA COLETIVA MULTIFAMILIAR

- #### CRIANÇA
- proteção  
art. 41, XI

- #### CULTURA
- acesso  
art. 191

## D

- Danos ao Meio Ambiente  
ver INDÚSTRIA
- danos ao meio ambiente
- #### OBRAS PARTICULARES
- danos ao meio ambiente
- #### OBRAS PÚBLICAS
- danos ao meio ambiente

- #### DECLARAÇÃO DE BENS
- Conselho do Tribunal de Contas do Município  
art. 50 § 3º
  - dirigentes da Administração Municipal: obrigatoriedade  
art. 83, V
  - Prefeito  
art. 58, § 2º
  - Vereador

art. 15, § 1º  
- Vice-Prefeito  
art. 58, § 2º

DECORO PARLAMENTAR  
- procedimento incompatível  
art. 18, II, § 1º

DECRETO LEGISLATIVO  
- elaboração  
art. 34, III

DEFESA CIVIL  
- organização  
art. 15 D.T.

DEFESA DO CONSUMIDOR  
art. 131, § 5º  
art. 165  
art. 16 D.T.  
- acesso à cultura e ao lazer  
art. 226, II  
- acesso a edifícios  
art. 227  
- acesso e ingresso aos cargos, empregos e funções públicas  
art. 99  
- adaptação dos edifícios escolares  
art. 206, § 2º  
- adaptação dos edifícios e logradouros públicos  
art. 227  
- assistência médica  
art. 226, III  
- assistência social  
art. 226  
- atendimento especializado  
art. 206, §§ 1º, 2º

DEFICIENTE FÍSICO  
- benefício  
art. 206, §§ 1º, 2º  
art. 226  
art. 227  
art. 229  
- direito à informação  
art. 226, V  
- ensino  
art. 226, I  
- programas esportivos  
art. 229

DESAPROPRIAÇÃO  
- indenização em títulos da dívida pública  
art. 153, III

DESENVOLVIMENTO URBANO  
- paisagem urbana  
art. 149-A  
- política: diretrizes  
art. 148  
art. 154, caput  
- política: objetivos  
art. 148, caput

## DIREITO DE CONSTRUIR

art. 151, § 2º

art. 154, caput

## DIREITO DE PREEMPÇÃO

art. 154, caput

## DIREITO DE SUPERFÍCIE

art. 154, caput

## DIREITO DO TRABALHADOR

- participação nas decisões

art. 220

## DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

- acesso à informação

art. 84, caput

- direito de obtenção de atos, contratos e decisões junto a repartições públicas

art. 120

- direito de obtenção de certidões junto a repartições públicas

art. 84, parágrafo único

- direito de petição

art. 84, parágrafo único

- taxas: vedação de cobrança

art. 132

## DIREITOS HUMANOS

art. 237

- Comissão Municipal de Direitos Humanos

art. 238

## DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

- destinação de verbas especiais: habitação

art. 168, parágrafo único

- lei

art. 137, § 2º

- projeto de lei: emendas

art. 138, § 4º

- projeto de lei: prazo

art. 138, § 6º

- projeto de lei: remessa à sanção

art. 138, §9º

ver também

ORÇAMENTO

ORÇAMENTO ANUAL

PLANO PLURIANUAL

## DISCRIMINAÇÃO

- prática

art. 119

ver também

SERVIDOR PÚBLICO

- discriminação: prática

## E

## EDITAIS E PUBLICAÇÕES OFICIAIS

- transcrição em jornais de bairro

art. 117



## EDUCAÇÃO

art. 200, caput

art. 203

- acesso

art. 204, I

- direito

art. 201, caput

- garantia

art. 204, caput

- plano municipal

art. 200, §3º

- política: elaboração e implantação

art. 202, caput, §§ 1º, 2º

## EDUCAÇÃO FÍSICA

- ensino

art. 230

## EDUCAÇÃO INFANTIL

art. 200, § 1º

art. 201, §§ 1º, 2º, 9º

art. 203, II

- prioridade

art. 201, § 9º

## ELEIÇÃO

- Prefeito

art. 57

art. 64

- Vice Prefeito

art. 57, caput

art. 64

## EMENDAS À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

art. 34, I

art. 36

Empregado público

ver SERVIDOR PÚBLICO

Emprego público

ver SERVIDOR PÚBLICO

- cargo

Empresa Estatal

ver EMPRESA PÚBLICA

## EMPRESA COM PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO

- ações: alienação

art. 86, caput

- orçamento de investimento

art. 137, § 5º, II

ver também

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL INDIRETA

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

## EMPRESA PRIVADA

- incentivo: adaptação de equipamentos para trabalhadores deficientes

art. 228

## EMPRESA PÚBLICA

- criação

art. 80, parágrafo único  
art. 86, caput  
- criação de subsidiárias: autorização legislativa  
art. 86, parágrafo único  
- participação em empresas privadas: autorização legislativa  
art. 86, parágrafo único  
- publicidade: restrições  
art. 118, §§ 1º, 2º  
- transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização, extinção  
art. 86, caput  
- vinculação  
art. 80, parágrafo único

ver também

#### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL INDIRETA

#### ENSINO

- carga horária  
art. 201, § 4º  
- deficiente físico  
art. 206, caput  
- gratuidade  
art. 201, caput  
- instituições: assistência financeira  
art. 208, § 3º  
- recursos: aplicação  
art. 208, § 1º  
- recursos: aplicação: salário-educação  
art. 208, § 1º  
- recursos: arrecadação: publicação  
art. 209, caput  
- recursos destinados  
art. 209, caput  
art. 13, D.T.  
- sistema  
art. 200, § 1º

#### ENSINO FUNDAMENTAL

art. 203, III e V  
- carga horária  
art. 201, § 4º  
- gratuidade  
art. 203, I  
- noturno  
art. 205, caput  
- prioridade  
art. 201, § 9º

#### ENTIDADE PÚBLICA

- cargo de confiança  
art. 83, III  
- criação de subsidiárias: autorização legislativa  
art. 86, parágrafo único  
- participação em empresas privadas: autorização legislativa  
art. 86, parágrafo único  
- prestação de esclarecimentos  
art. 84, caput  
- transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização, extinção  
art. 86, caput  
- vinculação  
art. 80, parágrafo único

ver também

## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL INDIRETA

### ESCOLA PÚBLICA

- área contígua: aproveitamento  
art. 207, § 2º
- cessão ao ensino privado: vedação  
art. 207, § 1º
- jornada de dois turnos  
art. 9º D.T.
- uso pela comunidade  
art. 207, caput
- vagas  
art. 201, § 6º

### ESPAÇO CULTURAL

- cessão  
art. 198  
art. 199

### ESPORTE

- área de lazer: adequação  
art. 233, IV
- calendário de eventos  
art. 234
- clube desportivo municipal  
art. 235
- clube desportivo municipal: incentivos fiscais  
art. 235, parágrafo único
- incentivo  
art. 233  
art. 234  
art. 235

Estatal

ver EMPRESA PÚBLICA

## F

### FAUNA

- proteção  
art. 188, caput, § 1º

ver também

### MEIO AMBIENTE

- preservação

### FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO

- art. 14, XVIII
- art. 47
- art. 48
- controle externo  
art. 47, caput  
art. 48
- controle interno  
art. 47, caput  
art. 53

Fiscalização popular

ver PARTICIPAÇÃO POPULAR

### FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

- coordenação e delegação  
art. 130, § 4º

Função de confiança  
ver SERVIDOR PÚBLICO  
- cargo de confiança

Função pública  
ver SERVIDOR PÚBLICO  
- cargo  
SERVIDOR PÚBLICO  
- função

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE  
art. 148  
art. 151

Funcionário Público  
ver SERVIDOR PÚBLICO

FUNDAÇÃO INSTITUÍDA OU MANTIDA PELO PODER MUNICIPAL  
- comissão de representantes  
art. 83, IV  
- criação  
art. 80, parágrafo único  
art. 86, caput  
- criação de subsidiárias: autorização legislativa  
art. 86, parágrafo único  
- participação em empresas privadas: autorização legislativa  
art. 86, parágrafo único  
- transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização, extinção  
art. 86, caput  
- tributos: limitação ao poder de legislar  
art. 131, §§ 1º, 2º  
- vinculação  
art. 80, parágrafo único

ver também  
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL INDIRETA

## **G**

Gratificação  
ver SERVIDOR PÚBLICO  
- vantagens

GUARDA MUNICIPAL  
art. 88  
art. 15-A, parágrafo único, D.T.

## **H**

HABITAÇÃO  
- política  
art. 168, caput

Habitação popular  
- ver MORADIA POPULAR  
POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA  
- habitação: programas

Hino  
ver SÍMBOLOS MUNICIPAIS

Homenagem  
ver HONRARIA

HONRARIA  
- concessão  
art. 14, XIX

## I

IDOSO  
- assistência jurídica  
art. 225, V  
- assistência médica  
art. 225, II  
- benefício  
art. 225, I, IV  
art. 227  
- núcleo de convivência  
art. 225, IV  
- transporte coletivo: gratuidade  
art. 225, III

Impacto ambiental  
ver INDÚSTRIA  
- danos ao meio ambiente  
OBRAS PARTICULARES  
- danos ao meio ambiente  
OBRAS PÚBLICAS  
- danos ao meio ambiente

IMPOSTOS  
art. 130, I  
- direitos individuais  
art. 130, § 1º  
- graduação segundo o poder econômico  
art. 130, § 1º  
- incidência  
art. 131, § 5º  
- sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana: alíquota progressiva  
art. 133, I  
art. 153, II  
- sobre Serviços de Qualquer Natureza  
art. 133, IV  
- sobre Transmissão Intervivos  
art. 133, II, § 2º, II  
- sobre Transmissão Intervivos: isenção  
art. 133, § 2º, I

ver também  
TRIBUTOS

INCENTIVOS FISCAIS  
art. 196

INDÚSTRIA  
- danos ao meio ambiente  
art. 162

INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA DE PONTA

- atividades e projetos de pesquisa: área  
art. 161

#### INELEGIBILIDADE

- Prefeito  
art. 61

Iniciativa legislativa popular  
ver PARTICIPAÇÃO POPULAR  
- projetos de lei

Inviolabilidade  
ver VEREADOR  
- imunidade

#### IRREGULARIDADES

- denúncia  
art. 11  
art. 53, § 2º  
art. 109

### L

#### LEGISLAÇÃO

- revisão e consolidação  
art. 7º D.T.

#### LEI

- Câmara Municipal: iniciativa  
art. 37, caput  
- elaboração  
art. 34, II  
- Prefeito: iniciativa  
art. 37, caput, § 2º  
art. 69, IX, X, XVI  
art. 137, caput  
- publicação  
art. 115, caput

Lei Orçamentária Anual  
ver ORÇAMENTO ANUAL

#### LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

- auto-aplicabilidade  
art. 3º  
- emendas  
art. 5º, § 1º, II  
art. 34, I  
art. 36  
art. 44, I  
- emendas: proibição  
art. 36, § 1º  
- emendas: votação  
art. 36, § 2º  
- revisão  
art. 7º D.T.

#### LICITAÇÃO

- compras, obras e serviços públicos  
art. 129, caput  
- dispensa e inexigibilidade  
art. 129, §§ 1º, 2º

- normas  
art. 129, § 1º

#### LIXO

- coleta, reciclagem e tratamento  
art. 125, II

#### LOGRADOUROS PÚBLICOS

- denominação  
art. 13, XVII, XXI  
- limpeza  
art. 125, III

#### Lotação

ver TRANSPORTE COLETIVO URBANO

- táxis e lotações

### **M**

#### MANANCIAIS

- proteção  
art. 185

ver também

#### MEIO AMBIENTE

- preservação

#### MATERIAL RADIOATIVO

- controle  
art. 184

#### MEIO AMBIENTE

- arborização  
art. 186  
- áreas verdes: implantação, ampliação e preservação  
art. 186  
- associações e movimentos de proteção: incentivo  
art. 189, parágrafo único  
- controle e organização  
art. 181  
art. 182  
- danos: indústria  
art. 162  
- danos: obras particulares  
art. 159  
- danos: obras públicas  
art. 159  
art. 160, § 2º  
- danos: penalidades  
art. 183  
- danos: responsabilidade  
art. 183, caput  
- fauna: proteção  
art. 188, caput, § 1º  
- limpeza urbana  
art. 182, IV  
- mananciais: proteção  
art. 185  
- preservação  
art. 109, II  
art. 158  
art. 159

art. 162  
art. 180  
art. 181, parágrafo único  
- Relatório de Impacto de Vizinhança  
art. 159  
- recuperação  
art. 11 D.T.  
art. 181, parágrafo único  
- unidades de conservação: criação  
art. 187

#### MATERIAL RADIOATIVO

- controle  
art. 184

#### MICROEMPRESA

- tratamento diferenciado  
art. 163

#### MORADIA COLETIVA MULTIFAMILIAR

art. 171  
- irregularidades: penalidades  
art. 171, § 2º

#### MORADIA POPULAR

- construção alternativa  
art. 169  
art. 170

#### MULHER

- vítima de violência  
art. 224

#### MUNICÍPIO

- atividades econômicas: diretrizes  
art. 160  
- competência  
art. 7º  
art. 81, parágrafo único  
art. 89  
art. 102, caput  
art. 123, caput  
art. 130, I a IV, §§ 3º e 4º  
art. 133, I a IV  
art. 146, caput  
art. 149  
art. 165  
art. 167, I a V  
art. 178, caput  
art. 179  
art. 200, caput  
art. 201, §§ 6º, 8º  
art. 203, I a III  
art. 208, caput  
art. 216, caput  
art. 221, caput  
art. 230  
- competência comum com a União e o Estado  
art. 166  
- competência privativa  
art. 178  
art. 179  
- contas: apreciação



art. 47, § 2º

- cooperação com a União e o Estado

art. 167

art. 184

art. 219

- cooperação com a União, o Estado, o Distrito Federal e Municípios

art. 7º, caput

art. 166

- divisão em distritos

art. 157

- organização

art. 1º, caput

art. 2º

- organização: diretrizes e princípios

art. 2º

- recursos: aplicação

art. 208, § 2º

- relações internacionais

art. 4º

- serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens: concessão pela União

art. 17 D.T.

- tributos: limitação ao poder de legislar

art. 131

- unidades esportivas

art. 231

ver também

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

## O

### OBRAS PARTICULARES

- danos ao meio ambiente

art. 159

art. 160, § 2º

### OBRAS PÚBLICAS

- compatibilidade com Plano Diretor

art. 124

art. 156

- danos ao meio ambiente

art. 159

art. 160, § 2º

- licitação

art. 129, caput

- obtenção de recursos

art. 152

- paralisação

art. 127

- projeto

art. 129, § 2º

Ônibus

ver TRANSPORTE COLETIVO URBANO

### ORÇAMENTO

- balancete: encaminhamento e publicação

art. 142, caput

- Dívida Flutuante: posição mensal

art. 141

- Dívida Fundada Interna e Externa: posição mensal

art. 141  
- emendas: apreciação  
art. 138, § 2º  
- execução: relatório: publicação  
art. 137, § 3º  
- lei  
art. 137  
- previsão  
art. 142  
- projeto de lei: apreciação  
art. 138, caput  
- projeto de lei: propostas para modificação  
art. 138, § 5º

ver também  
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ORÇAMENTO ANUAL  
PLANO PLURIANUAL

ORÇAMENTO ANUAL  
- aprovação: prazo  
art. 140  
- atualização monetária  
art. 139  
art. 140  
- créditos suplementares: abertura  
art. 137, § 7º  
- destinação de verbas especiais: habitação  
art. 168, parágrafo único  
- fiscal  
art. 137, § 5º, I  
- identificação de projetos e atividades  
art. 137, § 8º  
- investimento de empresas com participação do Município  
art. 137, § 5º, II  
- lei  
art. 137, § 5º, I, II, §§ 7º, 8º  
- operações de crédito: contratação  
art. 137, § 7º  
- projeto de lei: aprovação de emendas  
art. 138, § 3º  
- projeto de lei: prazo  
art. 138, § 6º  
- projeto de lei: recursos sem despesas correspondentes  
art. 138, § 8º

ver também  
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ORÇAMENTO  
PLANO PLURIANUAL

ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL  
- direito  
art. 204, II

ÓRGÃO COLEGIADO  
- da Administração Municipal Indireta  
art. 83, II  
- participação de servidores: estabilidade  
art. 83, § 2º  
- recursos administrativos  
art. 134

## ÓRGÃO PÚBLICO

art. 80, I

- criação

art. 80, parágrafo único

- irregularidades: denúncia

art. 11

- prestação de esclarecimentos

art. 82, caput

art. 84, caput

- publicidade: caráter educativo

art. 85

- publicidade: promoção pessoal ou partidária: proibição

art. 85

## P

### PARTICIPAÇÃO POPULAR

- associações representativas

art. 9º, I

- audiências públicas

art. 9º, III

art. 32, § 3º

art. 41

art. 159, § 2º

art. 217

art. 7º, § 2º D.T.

- audiências públicas: convocação

art. 41

- conselho de representantes

art. 9º, I

- decisões governamentais

art. 8º

- meio ambiente

art. 181

- órgãos diretivos da Administração Municipal

art. 83, I

- planejamento municipal

art. 9º, I

art. 143, § 3º

- plano diretor

art. 150, § 2º

- Plano Municipal de Educação

art. 200, § 3º

- plebiscito

art. 5º, § 1º, III

art. 10

art. 14, X

art. 44, II, § 2º

art. 45

- política de habitação

art. 168, caput

- projetos de lei

art. 5º, § 1º, II

art. 36, III

art. 37, caput

art. 44, caput, I

- referendo

art. 5º, § 1º, III

art. 14, X

art. 44, II, § 2º

art. 45

### PARTIDO POLÍTICO

- eleição dos representantes do povo  
art. 5º, § 2º

#### PATRIMÔNIO AMBIENTAL , ARQUITETÔNICO, PAISAGÍSTICO HISTÓRICO E CULTURAL

- preservação  
art. 160, § 1º  
art. 174, § 3º

#### PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

- danos: penalidades  
art. 194, parágrafo único  
- preservação  
art. 192  
art. 193  
- preservação: incentivos fiscais  
art. 196

Patrimônio Municipal  
ver BENS MUNICIPAIS

Permissionária de transporte coletivo  
ver TRANSPORTE COLETIVO URBANO  
- operador direto

#### PLANEJAMENTO MUNICIPAL

art. 143, caput  
- participação popular  
art. 9º, I  
art. 143, § 3º  
- planos: realização e atualização  
art. 143, § 4º  
- planos: vinculação de atos públicos  
art. 145  
- processo  
art. 143

#### PLANO DIRETOR

art. 144, I  
art. 150, caput  
- abrangência  
art. 150, § 1º  
- apresentação: prazo  
art. 5º D.T.  
- contabilização  
art. 174, caput, § 1º  
- legislação: alteração  
art. 46  
- participação popular  
art. 150, § 2º  
- uso e ocupação do solo: diretrizes  
art. 150, § 1º

#### PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

art. 221, I

#### PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

art. 200, §§ 3º a 5º  
- participação popular  
art. 200, § 3º

#### PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

art. 149, parágrafo único

## PLANO PLURIANUAL

art. 144, II

- compatibilização com planos e programas municipais

art. 137, § 4º

- destinação de verbas especiais: habitação

art. 168, parágrafo único

- lei

art. 137, § 1º

- projeto de lei: prazo

art. 138, § 6º

- projeto de lei: remessa à sanção

art. 138, § 10

ver também

## DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

### ORÇAMENTO

### ORÇAMENTO ANUAL

## PLANOS SETORIAIS, REGIONAIS, LOCAIS E ESPECÍFICOS

art. 144, III

## PLEBISCITO

art. 5º, § 1º, III

art. 10

art. 14, X

art. 44, II, § 2º

art. 45

## PODER EXECUTIVO

art. 56

- acumulação de função: vedação

art. 6º, parágrafo único

- competência

art. 166

art. 4º D.T.

- delegação de poderes: vedação

art. 6º, caput

ver também

## PODER MUNICIPAL

## PODER LEGISLATIVO

art. 12

- acumulação de função: vedação

art. 6º, parágrafo único

- delegação de poderes: vedação

art. 6º, caput

ver também

## CÂMARA MUNICIPAL

### PODER MUNICIPAL

## PODER MUNICIPAL

- competência

art. 151, § 1º, III

art. 153, caput

art. 160, caput

art. 162

art. 168, caput

art. 177, § 1º

art. 187

art. 188, § 2º

art. 193

art. 194  
art. 197  
art. 2º D.T.  
- exercício  
art. 5º  
- representantes do povo  
art. 5º, caput  
- representantes do povo: eleição  
art. 5º, § 2º

ver também  
PODER EXECUTIVO  
PODER LEGISLATIVO

### POLUIÇÃO

- controle  
art. 162

### POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

- assentamento  
art. 158  
- assistência jurídica  
art. 222  
- habitação: programas  
art. 168, parágrafo único  
- sepultamento: gratuidade  
art. 223

Prédio escolar  
ver ESCOLA PÚBLICA

### PREFEITO

art. 56  
- afastamento  
art. 14, IV  
art. 65  
- ausência do Município: autorização  
art. 14, VII  
art. 65  
- competência  
art. 69  
art. 70  
art. 111  
- conselheiro do Tribunal de Contas do Município: escolha  
art. 50, I  
- declaração de bens  
art. 58, § 2º  
- delegação de competência  
art. 71  
- desincompatibilização  
art. 58, § 3º  
- eleição  
art. 57  
art. 64  
- eleição: desistência  
art. 57, § 3º  
- eleição: impedimento legal  
art. 57, § 3º  
- eleição: morte  
art. 57, § 3º  
- eleição: qualificação do mais idoso  
art. 57, § 4º  
- eleição: qualificação do mais votado

art. 57, § 3º  
- eleição em dois turnos  
art. 57, § 2º  
- Guarda Municipal: subordinação  
art. 88  
- idade mínima  
art. 57, caput  
- impedimentos  
art. 59  
- iniciativa das leis  
art. 37, caput, § 2º  
art. 69, IX, X, XVI  
art. 137, caput  
- inelegibilidade  
art. 61  
- julgamento  
art. 14, XIV  
art. 72  
- licença  
art. 66  
- licença: concessão  
art. 14, V  
- mandato: cassação  
art. 73  
- mandato: duração  
art. 60  
- mandato: extinção  
art. 68  
art. 74  
- mandato: perda  
art. 59  
art. 65  
art. 68  
art. 72, § 5º  
art. 73  
art. 74  
- orçamento: proposta para modificação  
art. 138, § 5º  
- posse  
art. 14, IV  
art. 58  
- posse: compromisso  
art. 58, caput  
art. 1º D.T.  
- prestação de contas  
art. 48, I  
art. 69, XI  
prestação de esclarecimentos  
art. 82, caput  
- processo  
art. 72  
- projeto de lei: solicitação de urgência  
art. 38  
- reeleição: vedação  
art. 61  
- remuneração: fixação  
art. 14, VI  
- renúncia  
art. 14, IV  
- residência no município  
art. 67  
- sanção  
art. 13, caput

art. 42, caput, §§ 2º, 3º  
art. 69, III  
- substituição  
art. 62  
- sucessão  
art. 62  
- tomada de contas  
art. 14, XII, XX  
- vacância do cargo  
art. 58, § 1º  
art. 63  
art. 64  
- veto  
art. 42, §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º  
art. 69, IV

Prefeitura  
ver ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### PRESTAÇÃO DE CONTAS

- Mesa da Câmara Municipal  
art. 48, I  
- Prefeito  
art. 48, I  
art. 69, XI  
- responsabilidade  
art. 47, § 1º  
- Tribunal de Contas do Município  
art. 48, I, § 5º  
art. 51

#### PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

- acumulação previdenciária: vedação  
art. 104  
- anistia fiscal  
art. 131, § 6º  
- carteiras especiais: proibição  
art. 105, caput  
- direção e gerenciamento de recursos  
art. 102, parágrafo único  
- fundo previdenciário  
art. 103  
- segurado: participação na gestão  
art. 102  
- servidores: contribuição  
art. 103  
- Vereador: vinculação facultativa  
art. 105, parágrafo único

#### PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

- designação e requisitos  
art. 87, parágrafo único

#### PROCURADOR DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

- direitos e deveres  
art. 19, D.T.

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- competência  
art. 87  
- composição  
art. 87, parágrafo único  
- organização



art. 87, parágrafo único  
- órgão colegiado  
art. 87, parágrafo único

#### PROJETO DE LEI

- aprovação  
art. 42, caput  
- orçamento  
art. 137, § 6º  
- orçamento: apreciação  
art. 138, caput  
- orçamento anual: aprovação de emendas  
art. 138, § 3º  
- orçamento anual: atualização monetária de lei vigente art. 139  
- orçamento anual: recursos sem despesas correspondentes  
art. 138, § 8º  
- participação popular  
art. 5º, § 1º, II  
art. 36, III  
art. 37, caput  
art. 44, caput, I  
- promulgação  
art. 42, caput, § 6º  
- reapresentação  
art. 28  
- rejeição  
art. 28  
art. 43  
- sanção  
art. 13, caput  
art. 42, caput, §§ 2º, 3º  
art. 69, III  
- solicitação de urgência  
art. 38  
- veto  
art. 42, §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º  
art. 69, IV

Propaganda  
ver PUBLICIDADE

#### PROPRIEDADE URBANA

- alienação  
art. 153, § 2º  
- aproveitamento: exigências  
art. 153, caput  
- desapropriação: indenização da dívida pública  
art. 153, III  
- edificação compulsória  
art. 153, I  
- edificação compulsória: prazo  
art. 153, § 2º  
- função social  
art. 148, caput  
art. 151  
- imposto progressivo  
art. 153, II  
- não edificada ou subutilizada: exigências e penalidades  
art. 153, I a III  
- parcelamento compulsório  
art. 153, I  
- parcelamento compulsório: prazo  
art. 153, § 2º

## PUBLICIDADE

- empresa pública: restrições  
art. 118, §§ 1º, 2º
- gastos governamentais: relatório para o legislativo  
art. 118, caput
- governamental: caráter educativo  
art. 85
- governamental: promoção pessoal ou partidária: proibição  
art. 85

## Q

- Qualidade de Vida  
ver MEIO AMBIENTE
- preservação

## R

- Racismo  
ver DISCRIMINAÇÃO
- SERVIDOR PÚBLICO
- discriminação: prática

- RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS  
art. 17 D.T.

## REFERENDO

- art. 5º, § 1º, III
- art. 14, X
- art. 44, II, § 2º
- art. 45

## REGIMENTO INTERNO

- Comissão Especial de Revisão  
art. 6º D.T.

## REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

- direito  
art. 204, II

## REQUISIÇÃO URBANÍSTICA

- art. 154, caput

## RESOLUÇÃO

- elaboração  
art. 34, IV

## S

- Salário  
ver SERVIDOR PÚBLICO
- Remuneração

## SAÚDE

- acesso  
art. 213, II
- direito  
art. 212
- art. 213, I a III

- iniciativa privada
- art. 215, §§ 1º, 4º
- prestação de serviços
- art. 215, § 1º a § 4º
- regulamentação: fiscalização e controle
- art. 215, caput
- serviços: gratuidade
- art. 215, § 2º
- Sistema Único: acesso à informação
- art. 216, III
- Sistema Único: assistência integral
- art. 216, I
- Sistema Único: assistência à mulher
- art. 216, VI
- Sistema Único: atendimento de emergência
- art. 216, IX
- Sistema Único: atribuições em âmbito municipal
- art. 216
- Sistema Único: controle e fiscalização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e teratogênicos
- art. 216, V
- Sistema Único: direito e auto-regulação da fertilidade
- art. 216, VII
- Sistema Único: direção em âmbito municipal
- art. 214, § 1º
- Sistema Único: doente mental
- art. 216, XI, XII
- art. 18 D.T.
- Sistema Único: fiscalização e inspeção de alimentos
- art. 216, IV
- Sistema Único: gratuidade de serviço
- art. 215, § 2º
- Sistema Único: instituições privadas
- art. 215, § 4º
- Sistema Único: integração municipal
- art. 214, caput
- Sistema Único: participação de empresas ou de capital estrangeiro: vedação
- art. 215, § 3º
- Sistema Único: participação no Sistema Nacional de Sangue
- art. 216, VIII
- Sistema Único: prevenção contra o alcoolismo
- art. 216, X
- Sistema Único: prevenção contra entorpecentes
- art. 216, X
- Sistema Único: recursos
- art. 214, § 2º
- Sistema Único: recursos: vedação
- art. 214, § 3º
- Sistema Único: transplantes de órgãos, tecidos e substâncias humanas
- art. 216, XIII
- Sistema Único: vigilância sanitária e epidemiológica
- art. 216, II
- art. 16 D.T.

#### SAÚDE MENTAL

- atendimento
- art. 18 D.T.

ver também

#### SAÚDE

- Sistema Único: doente mental

## SECRETARIA MUNICIPAL

art. 76, parágrafo único

## SECRETÁRIO MUNICIPAL

art. 56

art. 75, I

- censura ao desempenho da função

art. 14, XXII

art. 40, § 5º, V

- nomeação

art. 69, V

art. 76, caput

- prestação de informações

art. 14, IX

- remuneração: fixação

art. 14, VI

## SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO

- atividades preventivas

art. 219, I, II, III, § 1º

- direito de avaliação

art. 219, §§ 1º, 2º

- vistoria

art. 219, §§ 3º, 4º

## SEGURANÇA URBANA

art. 15-A, D.T.

## SEPULTAMENTO

- população de baixa renda: gratuidade

art. 223

## SERVIÇO FUNERÁRIO

art. 125, I

## SERVIÇOS

- licitação

art. 129, caput

- publicação da contratação

art. 116

## SERVIÇOS PÚBLICOS

- cemitério

art. 125, I

- concessão ou permissão

art. 126, caput

art. 128, § 1º

- concessão ou permissão: normas

art. 128, I

- concessão ou permissão: penalidades

art. 126, § 2º

- concessão ou permissão: rescisão de contrato

art. 126, § 1º

art. 128, § 2º

- lixo: coleta e tratamento

art. 125, II

- locação

art. 126, § 3º

- logradouros públicos: limpeza

art. 125, III

- prestação

art. 89

art. 123, parágrafo único

art. 126, caput  
- projeto  
art. 129, § 2º  
- serviço funerário  
art. 125, I

## SERVIDOR PÚBLICO

- aposentadoria: irredutibilidade de vencimentos  
art. 92, III  
- aposentadoria: vedação de acumulação previdenciária  
art. 104  
- aposentadoria compulsória: limite de idade  
art. 106  
- aposentadoria voluntária: prazo para apreciação do pedido  
art. 101  
- bolsa de estudo  
art. 208, § 5º  
- cargo: acesso e investidura  
art. 83, VII  
- cargo: extinção  
art. 20 D.T.  
- cargo: ingresso e acesso do deficiente físico  
art. 99  
- cargo em comissão  
art. 83, VII  
- cargo em comissão: área da educação  
art. 204, parágrafo único  
- cargo de confiança na Administração Municipal Indireta  
art. 83, III  
- contrato por tempo determinado  
art. 108  
- contribuição: Previdência e Assistência Social  
art. 130, IV  
art. 131, §§ 3º, 6º  
- contribuição sindical: desconto em folha de pagamento  
art. 93, parágrafo único  
- declaração de bens de dirigentes: obrigatoriedade  
art. 83, V  
- deficiente físico: ingresso e acesso aos cargos, empregos e funções  
públicas  
art. 99  
- despesas com pessoal: previsão orçamentária  
art. 142  
- deveres  
art. 109  
- direito à livre associação sindical  
art. 93, caput  
- direitos sociais  
art. 96, parágrafo único  
- discriminação: prática  
art. 100  
- disponibilidade  
art. 20 D.T.  
- estabilidade sindical  
art. 83, § 2º  
- filiação sindical  
art. 93, caput  
- função: direito à mudança  
art. 98, I  
- gestante: direito à mudança de função  
art. 98, I  
- gestante: dispensa do horário de trabalho  
art. 98, II

- inativo: irredutibilidade de vencimentos  
art. 92, III
- ingresso: vedação ao limite de idade  
art. 106
- irredutibilidade de vencimentos  
art. 92, III
- irregularidades: denúncia  
art. 109
- nomeação: vedação  
art. 214, § 4º
- nomeação em cargo ou emprego público  
art. 83, VII
- participação em colegiado  
art. 83, II
- participação em colegiado: estabilidade  
art. 83, § 2º
- participação em comissão de representantes  
art. 83, II, IV
- participação em comissão: remuneração: proibição  
art. 83, § 1º
- participação nos órgãos diretivos da administração municipal  
art. 83, I
- piso salarial  
art. 92, I
- plano de carreira  
art. 96, caput
- Previdência Municipal: contribuição  
art. 103
- Previdência Municipal e assistência médico-hospitalar: participação na gestão  
art. 102
- proteção à vida e ao meio ambiente  
art. 109, II
- relação: afixação  
art. 122
- remuneração  
art. 20 D.T.
- remuneração: adicional por tempo de serviço público  
art. 97
- remuneração: atendimento das necessidades básicas  
art. 92, caput
- remuneração: critérios  
art. 92
- remuneração: irredutibilidade  
art. 92, III
- remuneração: limites máximos  
art. 91
- remuneração: piso  
art. 92, I
- remuneração: Procurador do Instituto de Previdência Municipal  
art. 19 D.T.
- remuneração: proteção contra inflação  
art. 92, II
- remuneração: publicação  
art. 121
- remuneração: reajuste: mesmo índice e data  
art. 92, IV
- remuneração: sexta-parte  
art. 97
- remuneração justa  
art. 89
- representação sindical: estabilidade  
art. 83, § 2º

- sexta-parte  
art. 97
- sindicalização  
art. 93, caput
- valorização  
art. 89  
art. 90
- vantagens: adicional por tempo de serviço público  
art. 97
- vantagens: critérios para concessão  
art. 94
- vantagens: gratificação de distância  
art. 95
- vantagens: sexta-parte  
art. 97

#### SERVIDOR PÚBLICO

- Cargo

ver também

#### SERVIDOR PÚBLICO

- função

#### SERVIDOR PÚBLICO

- Discriminação

ver também

#### DISCRIMINAÇÃO

#### SERVIDOR PÚBLICO

- Função

ver também

#### SERVIDOR PÚBLICO

- cargo

#### SÍMBOLOS MUNICIPAIS

art. 1º, parágrafo único

#### SINDICATO

- filiação sindical de servidores  
art. 93, caput
- representação sindical: estabilidade  
art. 83, § 2º

#### SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA URBANA

Art. 15-A, D.T.

#### SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES

art. 146

Sistema Único de Saúde

ver SAÚDE

- Sistema Único

#### SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

- atendimento urgente

art. 214, § 5º

#### SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

- criação

art. 80, parágrafo único

art. 86, caput  
- criação de subsidiárias: autorização legislativa  
art. 86, parágrafo único  
- participação em empresas privadas: autorização legislativa  
art. 86, parágrafo único  
- transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização, extinção  
art. 86, caput  
- vinculação  
art. 80, parágrafo único

ver também  
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL INDIRETA  
EMPRESA COM PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO

Solo Urbano não edificado ou subutilizado  
ver PROPRIEDADE URBANA  
- não edificada ou subutilizada

#### SUBPREFEITO

art. 56  
art. 75, II  
- censura ao desempenho de função  
art. 14, XXII  
art. 40, § 5º, V  
- competência  
art. 78  
- nomeação  
art. 69, V  
art. 76, caput

#### SUBPREFEITURA

art. 77  
- dotação orçamentária  
art. 79

#### SUFRÁGIO UNIVERSAL

art. 5º, § 1º, I

### T

#### TAXAS

art. 130, II  
- base de cálculo  
art. 130, § 2º  
- certidões públicas: vedação de cobrança  
art. 132, II  
- direito de petição: vedação de cobrança  
art. 132, I

ver também  
TRIBUTOS

#### Taxis

ver TRANSPORTE COLETIVO URBANO  
- taxis e lotações

#### TEATRO MUNICIPAL

- cessão  
art. 198  
art. 199

Título de Cidadão Honorário



ver HONRARIA

#### TRÂNSITO

- organização  
art. 174, § 2º  
art. 179, I

Transporte Coletivo Urbano - Empresa  
ver TRANSPORTE COLETIVO URBANO  
- operador direto

#### TRANSPORTE COLETIVO URBANO

- idoso: gratuidade  
art. 225, III
- intervenção  
art. 177, § 1º
- operador direto: deveres  
art. 176, I, II  
art. 177, caput
- operador direto: penalidades  
art. 177, §§ 1º, 2º
- operador direto: rescisão de contrato  
art. 177, § 2º
- prestação de serviço  
art. 172  
art. 177, caput
- regulamentação  
art. 175
- sistema  
art. 173, I a VI  
art. 174, §§ 1º, 2º
- tarifas: fixação  
art. 178, parágrafo único
- taxis e lotações  
art. 179, III

#### TRANSPORTE DE CARGAS

- regulamentação  
art. 179, IV

Transporte de escolares  
ver TRANSPORTE FRETADO

#### TRANSPORTE FRETADO

- art. 179, II

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO

- acesso às informações prestadas nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município  
art. 53, § 1º
- competência  
art. 48, I a XII
- Conselheiro  
art. 49  
art. 50
- Conselheiro: aprovação de indicação  
art. 14, XVII
- Conselheiro: declaração de bens  
art. 50, § 3º
- Conselheiro: escolha  
art. 14, XVI  
art. 50  
art. 21 D.T.
- Conselheiro: requisitos

art. 49, parágrafo único  
- Conselheiro: substituição  
art. 50, § 2º  
- Conselheiro: vacância do cargo  
art. 50, § 1º  
- fiscalização de atos internos  
art. 51  
- fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município  
art. 48  
- irregularidades: denúncia  
art. 11  
- jurisdição  
art. 49, caput  
- parecer  
art. 52, § 1º  
- prestação de contas  
art. 48, I, § 5º  
art. 51  
- prestação de esclarecimentos  
art. 82, caput  
- quadro de pessoal  
art. 49, caput  
- relatório de atividades  
art. 48, § 5º  
- sede  
art. 49, caput

#### TRIBUTOS

- anistia fiscal  
art. 136  
- anistia fiscal e previdenciária  
art. 131, § 6º  
- arrecadação: divulgação da receita  
art. 135  
- arrecadação e fiscalização  
art. 130, §§ 3º, 4º  
- autarquias e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Municipal: limitação ao poder de legislar  
art. 131, §§ 1º, 2º  
- base de cálculo: redução  
art. 131, § 6º  
- confisco  
art. 131, IV  
- crédito presumido  
art. 131, § 6º  
- entidades sindicais: limitação ao poder de legislar  
art. 131, VI, c, § 4º  
- fato gerador  
art. 131, III, a  
- garantia do contribuinte  
art. 131, caput  
- instituições de assistência social: limitação ao poder de legislar  
art. 131, VI, c, § 4º  
- instituições educacionais: limitação ao poder de legislar  
art. 131, VI, c, § 4º  
- isenção  
art. 131, § 6º  
art. 132  
art. 136  
- limite de tráfego: vedação  
art. 131, V  
- livros, jornais, periódicos e papel de impressão: limitação ao poder de legislar  
art. 131, VI, d  
- Município: limitação ao poder de legislar

art. 131  
- partidos políticos: limitação ao poder de legislar  
art. 131, VI, c, § 4º  
- patrimônio, renda ou serviços de entidades públicas: limitação ao poder de legislar  
art. 131, VI, a  
- princípio da anualidade  
art. 131, III, b  
- princípio da igualdade  
art. 131, II  
- princípio da legalidade  
art. 131, I  
- recursos administrativos  
art. 134  
- remissão  
art. 131, § 6º  
art. 136  
- servidores: contribuição previdenciária e de assistência social  
art. 130, IV  
art. 131, §§ 3º, 6º  
- subsídio  
art. 131, § 6º  
- templos: limitação ao poder de legislar  
art. 131, VI, b, § 4º

ver também

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CONTRIBUIÇÃO DE SISTEMA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

IMPOSTOS

TAXAS

TURISMO

- art. 164

## U

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- compatibilização com compromissos consorciais regionais

art. 147, § 2º

- compatibilização com Plano Diretor

art. 155

- diretrizes

art. 150, § 1º

- legislação: alteração

art. 46

## V

Vencimentos

ver SERVIDOR PÚBLICO

- remuneração

VEREADOR

- acesso às repartições públicas municipais

art. 23

- carteira especial: proibição

art. 105, caput

- Código de Ética

art. 19

- declaração de bens

art. 15, § 1º  
- decoro parlamentar: procedimento incompatível  
art. 18, II, § 1º  
- desincompatibilização  
art. 15, § 1º  
- exercício  
art. 20, § 1º  
art. 21  
- idade mínima  
art. 12  
- impedimentos desde a expedição do diploma  
art. 17, I  
- impedimentos desde a posse  
art. 17, II  
- imunidade  
art. 16  
- investidura em outros cargos  
art. 21  
art. 22, caput  
- julgamento  
art. 14, XIV  
- licença  
art. 20  
art. 21  
art. 22, caput  
- licença: concessão  
art. 14, V  
- licença remunerada  
art. 20, § 1º  
- mandato: perda  
art. 14, XI  
art. 18  
art. 21  
- maioria  
art. 40, § 1º  
- maioria absoluta  
art. 40, caput, § 3º  
- número  
art. 12  
- posse  
art. 15  
art. 22, § 1º  
- posse: compromisso  
art. 1º D.T.  
- posse: prazo  
art. 15, § 2º  
- prestação de esclarecimentos  
art. 82, caput  
- Previdência Municipal: vinculação facultativa  
art. 105, parágrafo único  
- remuneração: fixação  
art. 14, VI  
- suplência  
art. 22  
- testemunho  
art. 16, § único  
- vacância do cargo  
art. 22  
- voto aberto  
art. 35, caput

VICE-PREFEITO  
- afastamento

art. 14, VI  
art. 65  
- ausência do Município: autorização  
art. 65  
- declaração de bens  
art. 58, § 2º  
- desincompatibilização  
art. 58, § 3º  
- eleição  
art. 57  
art. 64  
- idade mínima  
art. 57, caput  
- julgamento  
art. 14, XIV  
art. 72  
- licença: concessão  
art. 14, V  
- mandato: duração  
art. 60  
- mandato: extinção  
art. 68  
- mandato: perda  
art. 65  
art. 68  
- posse  
art. 14, IV  
art. 58  
- posse: compromisso  
art. 58, caput  
art. 1º D.T.  
- Prefeito: substituição  
art. 62  
\_ Prefeito: sucessão  
art. 62  
- processo  
art. 72  
- remuneração: fixação  
art. 14, VI  
- renúncia  
art. 14, IV  
- vacância do cargo  
art. 63  
art. 64

#### VIGILÂNCIA SANITÁRIA

art. 16 D.T.

ver também

SAÚDE

- Sistema Único: vigilância sanitária

Votação

ver VOTO

VOTO

- moção de censura pública ao desempenho das funções de secretários municipais e subprefeitos

art. 14, XXII

VOTO ABERTO

- art. 35

VOTO DIRETO E SECRETO

art. 5º, § 1º, I

## **Z**

Zoneamento Urbano  
ver USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ZOONOSES  
- erradicação  
art. 188, § 2º